



GOVERNO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

BALANÇO GERAL DO ESTADO

RELATÓRIO DO CONTADOR

VOLUME – I

EXERCÍCIO DE 2006

Abril de 2007



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

BLAIRO BORGES MAGGI

Governador do Estado

WALDIR JÚLIO TEIS

Secretário de Estado de Fazenda

EDMILSON JOSÉ DOS SANTOS

Secretário Adjunto do Gasto Público

SÍRIO PINHEIRO DA SILVA

Auditor Geral do Estado

AVANETH ALMEIDA DAS NEVES

Assessora Executiva do Gasto Público

LUIZ MARCOS DE LIMA

Coordenador Geral de Gestão da Contabilidade Pública

Contador CRC-MT 007836/0-1



Apresentação	4
Cap. 1 - Apresentação e Análise das Metas Fiscais.....	7
1 - Das Metas Fiscais	7
2 - Resultados das Metas Fiscais.....	8
2.1 – Receita Total.....	8
2.2 – Receita Não Financeira.....	8
2.3 – Despesa Total	9
2.4 – Despesa Não Financeira	9
2.5 – Resultado Primário	10
2.6 – Resultado Nominal	11
2.7 – Dívida Pública Consolidada	11
2.8 – Dívida Consolidada Líquida.....	11
Cap. 2 - Apresentação e Análise dos Resultados Contábeis	13
1 – Resultado Orçamentário.....	13
1.1 – Balanço Orçamentário	13
1.2 – Superávit Orçamentário.....	14
1.3 – Resumo Geral da Receita	15
1.3.1 – Receitas do Tesouro	15
1.3.2 – Receitas de Outras Fontes	16
1.3.3 – Receita Total.....	17
1.4 – Resumo Geral da Despesa	17
1.4.1 – Despesas do Tesouro	18
1.4.2 – Despesas de Outras Fontes	18
1.4.3 – Despesas Por Poder e Órgão.....	18
2 – Resultado Financeiro.....	23
2.1 – Balanço Financeiro	23
2.2 – Resultado Financeiro	24
3 – Resultado Patrimonial	25
3.1 – Balanço Patrimonial	25
3.2 – Resumo do Balanço Patrimonial	27
3.3 – Quocientes Gerenciais	27
3.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais	28
3.5 – Restos a Pagar.....	30
3.6 – Quadro Explicativo do Realizável.....	33
3.6 – Quadro Comparativo do Saldo do Ativo Permanente	33
3.7 – Notas Explicativas	33
Cap. 3 – Aplicação na Educação e na Saúde	36
1.1 – Aplicação na Educação.....	37
1.2 – Aplicação na Saúde	40
Cap. 4 Apresentação de informações sobre a realização de incentivos fiscais no exercício.	43



Apresentação

Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Fazenda,
Dr. WALDIR JÚLIO TEIS

A Coordenadoria Geral de Gestão da Contabilidade do Estado, no uso de suas atribuições legais, tem a honra de apresentar a Vossa Excelência o Balanço Geral do Estado, relativo ao exercício financeiro de 2006, que, nos termos do inciso X do artigo 66 da Constituição Estadual, constitui a prestação de contas, a qual sua Excelência o Senhor Governador do Estado de Mato Grosso dará a conhecer à Assembléia Legislativa, no prazo de 60 (sessenta) dias após dia 15 de fevereiro do ano subsequente, conforme disposições constitucionais (LC nº. 269, de 22/01/2007).

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que a composição do Balanço obedeceu às normas contidas na Lei Federal nº. 4.320, de 17/03/1964, e Lei Complementar nº. 101 de 04/05/2000, observados os princípios contábeis geralmente aceitos.

Integram a prestação de contas, além dos anexos definidos na forma da Lei nº. 4.320/64, demonstrativos, gráficos e anexos complementares, referentes às Execuções Orçamentária, Financeira e Patrimonial e que a sua estruturação é composta de 05 (cinco) volumes:

- Volume I** **Relatório do Contador.** Nele consta o resultado comentado das metas e prioridades da área fiscal da administração pública estadual para o exercício de 2005, além dos resultados contábeis convencionais.
- Volume II** **Anexos da Lei 4.320/64.** Os 17 anexos exigidos pela Lei são apresentados em forma de relatório.
- Volume III** **Demonstrativos do TCE.** Demonstrativos Analíticos da Execução Orçamentária e Relatórios de Inscrições em Restos a Pagar, ambos por Unidade Orçamentária, atendendo exigência do Tribunal de Contas de Mato Grosso.
- Volume IV** **Anexos Especiais.** Nele é apresentada a movimentação dos saldos existentes no Órgão Tesouro do Estado.
- Volume V** **Relatório do Controle Interno.**

O Volume I apresenta os resultados obtidos em quatro capítulos:

- Capítulo 1: Apresentação e análise dos resultados relacionados com as metas fiscais do Estado:

Nele são apresentados os resultados obtidos com as metas relacionadas às receitas e despesas não financeiras, resultados primário e nominal e dívida pública consolidada, estabelecidas no anexo II de acordo com o parágrafo único do artigo 1º da Lei 8.360 de 02/08/2005 (LDO/2006).



- Capítulo 2: Apresentação e análise dos resultados contábeis: Resultados Orçamentário, Financeiro e Patrimonial.
- Capítulo 3: Apresentação e análise dos resultados nas áreas de Educação e Saúde.
- Capítulo 4: Apresentação de informações sobre a realização de incentivos fiscais no exercício.

Cuiabá, 31 de março de 2007.

LUIZ MARCOS DE LIMA

Coordenador Geral de Gestão da Contabilidade do Estado

CRC-MT 007836/0-1



CAPÍTULO 1

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS RELACIONADOS COM AS METAS FISCAIS DO ESTADO



Cap. 1 - Apresentação e Análise das Metas Fiscais

1 - Das Metas Fiscais

As metas para o exercício de 2006 foram estabelecidas a partir dos objetivos e das metas constantes no PPA (Plano Plurianual) do Estado de Mato Grosso, e constam em anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei 8.360 de 02/08/2005, conforme especifica o parágrafo único do seu artigo primeiro:

“**Art. 1º** São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 162, II, § 2º, da Constituição Estadual, e nas normas contidas na Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2006, compreendendo: (...)

Parágrafo único - Integram ainda esta lei os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais, em conformidade com o que dispõe os §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº. 101/00.”

É importante evidenciar que os valores aqui demonstrados não englobam o montante de R\$ 2.160.000,00 (dois milhões, cento e sessenta mil reais) destinados à estatal MT FOMENTO. Esta estatal não opera no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAF, que é o nosso sistema financeiro e contábil. Assim, o valor previsto de receita e despesa constante na LOA que monta em R\$ 6.045.445 mil fica ajustado para R\$ 6.043.285 mil, que representa o montante de recursos operacionalizados no sistema financeiro/contábil oficial do estado.

Oito são as metas fiscais, objeto de monitoramento constante por parte das secretarias instrumentais:

METAS FISCAIS 2006		
- ATUALIZADA COM VALORES DA LOA -		
ESPECIFICAÇÃO DA META		PREVISÃO
I	RECEITA TOTAL	6.043.285
II	RECEITAS NÃO FINANCEIRA (I)	6.005.206
III	DESPESA TOTAL	6.043.285
IV	DESPEAS NÃO FINANCEIRA (II)	5.391.361
V	RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	613.845
VI	RESULTADO NOMINAL	-13.197
VII	DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	5.949.249
VIII	DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	4.768.087

Em mil.



2 - Resultados das Metas Fiscais

2.1 – Receita Total

A receita total realizada montou em R\$ 5.742.309 mil, ficando R\$ 301 milhões (5%) abaixo da projeção inicial.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA TOTAL - 2006 (Em mil)			
ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	PREVISTO (A)	REALIZADO (B)	VARIAÇÃO (B/A)
Receitas Correntes	6.411.138	6.084.508	-5%
(-) Deduções das R. Correntes - FUNDEF	-536.693	-474.917	-12%
Receitas de Capital	168.840	132.718	-21%
(=) RECEITA TOTAL	6.043.285	5.742.309	-5%

Fonte: Relatório do SIAF - SIA840 - Comparativo da Receita Orçada com a Realizada.

Apesar disto, este resultado é considerado muito bom visto que demonstra uma recuperação da ordem de 50% da frustração de receita esperada. No processo de discussão para aprovação da LOA o governo promoveu uma revisão da receita total, em especial nos valores do ICMS e da Lei Kandir, que resultou num contingenciamento no valor de R\$ 595,74 milhões conforme pode ser verificado no art. 7º da LOA:

“Art. 7º Fica o Orçamento Geral do Estado, a partir de sua abertura, contingenciado em R\$595.742.172,00 (quinhentos e noventa e cinco milhões, setecentos e quarenta e dois mil, cento e setenta e dois reais) visando à garantia do equilíbrio fiscal do Estado.”

O resultado obtido demonstra que realmente se fazia necessário a revisão dos valores projetados na LDO, sob o risco do governo assumir compromissos que não teriam a devida contrapartida financeira para quitação de obrigações com seus credores.

2.2 – Receita Não Financeira

As **receitas não-financeiras** correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;



DEMONSTRATIVO DA RECEITA NÃO FINANCEIRA - 2006 (Em mil)			
ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	PREVISTO	REALIZADO	VARIAÇÃO
Receitas Correntes	6.411.138	6.084.508	-5%
(-) Deduções das Receitas Correntes - FUNDEF	-536.693	-474.917	-12%
Receitas de Capital	168.840	132.718	-21%
(=) RECEITA TOTAL	6.043.285	5.742.309	-5%
(-) Receita de Valores Mobiliários	23.866	67.169	181%
(-) Serviços Financeiros	0	477	-
(-) Operações de Crédito	0	0	-
(-) Alienação de Bens	9.687	84.027	767%
(-) Amortização de Empréstimos	4.526	2.312	-49%
(=) RECEITAS NÃO FINANCEIRAS [1]	6.005.206,00	5.588.324,00	-7%

Fonte: Relatório do SIAF - SIA840 - Comparativo da Receita Orçada com a Realizada.

Finalizamos o exercício com a receita não financeira no montante de 5.588 milhões, valor 7% (sete por cento) menor do que o esperado. Dos itens que compõem a sua estrutura, colaboraram positivamente no resultado obtido as receitas resultantes de aplicação financeira (receita de valores mobiliários e receita de serviços financeiros), que juntas adicionaram ao resultado R\$ 43,7 milhões acima da previsão inicial para as suas rubricas, minimizando o resultado negativo. Outra fonte de receita que contribuiu favoravelmente ao resultado foi a receita de alienação de bens que superou as projeções iniciais em R\$ 74,34 milhões.

2.3 – Despesa Total

Conceitualmente, despesa total deve ser entendida como o resultado da soma das categorias econômica despesas correntes e despesas de capital ao valor da reserva de contingência:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA TOTAL - 2006 (Em mil)			
ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	FIXADO	REALIZADO	VARIAÇÃO
(+) Despesas Correntes	4.993.226	4.867.566	-3%
(+) Despesas de Capital	959.615	834.749	-13%
(+) Reserva de Contingência	90.444	0	-100%
(=) DESPESA TOTAL	6.043.285	5.702.315	-6%

Fonte: Demonstrativo da Despesa Orçamentária por Dotação - SIA613.

Gastou-se R\$ 341 milhões menos do que foi autorizado.

2.4 – Despesa Não Financeira

As **despesas não-financeiras** correspondem ao total da despesa orçamentária deduzida as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.



DEMONSTRATIVO DA DESPESA NÃO FINANCEIRA - 2006 (Em mil)				
DESCRIÇÃO DA DESPESA	PREVISTO	REALIZADO	DIFERENÇA	
(+) Despesas Correntes	4.993.226	4.867.566	125.660	-3%
(+) Despesas de Capital	959.615	834.749	124.866	-13%
(+) Reserva de Contingência	90.444	0	90.444	-100%
(=) DESPESA TOTAL	6.043.285	5.702.315	340.970	-6%
(-) Juros e Encargos da Dívida	350.952	367.988	-17.036	5%
(-) Concessão de Empréstimos	7.389	5.336	2.053	-28%
(-) Aquisição de Título de Capital já Integ.	0	0	0	-
(-) Amortização da Dívida	293.583	267.333	26.250	-9%
(=) DESPESAS NÃO FINANCEIRAS [2]	5.391.361	5.061.658	329.703	-6%

Fonte: Demonstrativo da Despesa Orçamentária por Dotação - SIA613.

O resultado final das despesas não financeiras foi de R\$ 329,7 milhões abaixo do previsto para o exercício. Considerando que sob o ponto de vista do equilíbrio fiscal quanto menos se gasta, melhor, o resultado superou as expectativas.

2.5 – Resultado Primário

O **resultado primário** corresponde à diferença entre as receitas não-financeiras e as despesas não-financeiras. Atualmente este indicador é utilizado para verificar o montante “poupado” para honrar o pagamento dos juros da dívida pública, conceito aplicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN na regulamentação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO (Em mil)				
ESPECIFICAÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	DIFERENÇA	
Receitas Não Financeiras [1]	6.005.206	5.588.324	416.882	-7%
Despesas Não Financeiras [2]	5.391.361	5.061.658	329.703	-6%
Resultado Primário = [1] - [2]	613.845	526.666	87.179	-14%

Aplicando o conceito adotado, “poupou-se” R\$ 526,6 milhões para pagar os juros da dívida pública – R\$ 350,9 milhões e ainda sobrou o suficiente para honrar o equivalente a 59% da amortização do principal da dívida pública. Os R\$ 108,65 milhões restantes da amortização do principal da dívida são financiados pelo saldo das receitas financeiras, como se pode observar na tabela abaixo:

DEMONSTRATIVO DE RECEITA E DESPESA FINANCEIRA		
ESPECIFICAÇÃO	PREVISTO	REALIZADO
Receita Financeira	38.079	153.985
Despesa Fin. - Concessão de Emp.	7.389	5.336
Saldo da Receita Financeira	30.690	148.649



2.6 – Resultado Nominal

O **resultado nominal** representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior; ou seja, é um indicador que nos permite verificar a evolução do estoque da nossa dívida fiscal. Como pode ser observado no demonstrativo que se segue o resultado nominal apurado em 31/12/2006 foi de R\$ 170,4 milhões.

2.7 – Dívida Pública Consolidada

A **dívida pública consolidada** é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos. Em 31/12/2006 a dívida consolidada do estado monta em R\$ 5,59 bilhões.

2.8 – Dívida Consolidada Líquida

A **dívida consolidada líquida - DCL** - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar processados. Finalizamos o exercício com um saldo de R\$ 4,95 bilhões.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO - 6º BIMESTRE/2006

LRF, art 53, inciso III - Anexo VI

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 de Dez 2005 (a)	Em 31 de Out 2006 (b)	Em 31 de Dez 2006 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.786.238.213,16	5.606.308.134,30	5.592.955.017,22
DEDUÇÕES (II)	1.004.745.133,83	1.333.516.304,78	633.367.767,62
Ativo Disponível	440.229.627,33	586.222.031,80	461.657.706,01
Haveres Financeiros	746.289.010,68	754.567.568,93	405.102.744,51
(-) Restos a Pagar Processados	(181.773.504,18)	(7.273.295,95)	(233.392.682,90)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	4.781.493.079,33	4.272.791.829,52	4.959.587.249,60
RECEITA DE PRIVATIZAÇÃO (IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	303.236.171,01	313.610.520,89	310.884.470,40
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	4.478.256.908,32	3.959.181.308,63	4.648.702.779,20

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Jan a Dez (c-a)
RESULTADO NOMINAL	689.521.470,57	170.445.870,88



CAPÍTULO 2

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS CONTÁBEIS



Cap. 2 - Apresentação e Análise dos Resultados Contábeis

1 – Resultado Orçamentário

1.1 – Balanço Orçamentário

O **Balanço Orçamentário** demonstra o resultado da execução orçamentária confrontando a receita e a despesa prevista com a receita e a despesa realizada. A despesa realizada é representada pelo montante empenhado no exercício. Esse confronto de realização possibilita conhecer o resultado Orçamentário do Exercício, sob a forma de Superávit ou Déficit Orçamentário, conforme o disposto no artigo 102, da Lei nº. 4.320/64.

Os valores nele representados é consequência da execução da Lei nº. 8.430 de 29 de dezembro de 2005, Lei Orçamentária Anual que estima a receita e fixa a despesa para o ano de 2006 no montante de R\$ 6.045.445.855,00 (seis bilhões, quarenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil e oitocentos e cinquenta e cinco reais). Deste total, R\$ 2.160.000,00 (dois milhões, cento e sessenta mil reais) refere-se a orçamento de investimento da estatal MT FOMENTO, que como já foi informado, não

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - EXERCÍCIO - 2006			
Anexo 12 - Lei 4.320/64			
CONSOLIDADO DO ESTADO			
RECEITAS			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	6.411.138.094,00	6.084.507.735,53	(326.630.358,47)
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	4.107.847.416,00	3.507.851.071,46	-599.996.344,54
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	567.442.678,00	559.649.095,90	-7.793.582,10
RECEITA PATRIMONIAL	24.552.834,00	75.516.276,92	50.963.442,92
RECEITA AGROPECUÁRIA	441.465,00	124.716,44	-316.748,56
RECEITA INDUSTRIAL	6.774.805,00	6.141.938,67	-632.866,33
RECEITA DE SERVIÇOS	203.057.710,00	141.832.155,45	-61.225.554,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.305.734.723,00	1.547.391.025,48	241.656.302,48
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	195.286.463,00	246.001.455,21	50.714.992,21
RECEITAS DE CAPITAL	168.840.762,00	132.718.441,30	(36.122.320,70)
ALIENAÇÃO DE BENS	9.687.152,00	84.027.250,24	74.340.098,24
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	4.526.996,00	2.312.330,58	-2.214.665,42
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	154.626.614,00	36.657.704,00	-117.968.910,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	9.721.156,48	9.721.156,48
SUBTOTAL RECEITAS	6.579.978.856,00	6.217.226.176,83	-362.752.679,17
(-) DEDUÇÕES DO FUNDEF	(536.693.001,00)	(474.917.396,85)	-61.775.604,15
SUBTOTAL RECEITAS	6.043.285.855,00	5.742.308.779,98	300.977.075,02
DÉFICIT	325.575.943,00		-325.575.943,00
TOTAL	6.368.861.798,00	5.742.308.779,98	-626.553.018,02
DESPESAS			
TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORÇ. E SUPLEMENTARES	5.801.705.870,00	5.140.252.250,79	-661.453.619,21
CRÉDITOS ESPECIAIS	567.155.928,00	562.062.813,54	-5.093.114,46
SUBTOTAL	6.368.861.798,00	5.702.315.064,33	-666.546.733,67
SUPERAVIT		39.993.715,65	39.993.715,65
TOTAL	6.368.861.798,00	5.742.308.779,98	-626.553.018,02



opera no sistema SIAF. Os resultados aqui apresentados representam a execução dos orçamentos fiscal e de seguridade, que somam R\$ 6.043.285.855,00, tanto para receita prevista, como para despesa fixada.

1.2 – Superávit Orçamentário

Podemos verificar no balanço orçamentário que o exercício de 2006 foi encerrado com registro de um **superávit orçamentário** no valor R\$ 39,9 milhões. Esse resultado é excelente e mostra que a decisão de abrir o exercício com contingenciamento foi acertada. A receita de fato sofreu o revés sinalizado pelos cenários econômicos que levaram a Secretaria de Fazenda a reprojeter os valores da receita tributária.

O cenário reprojetoado para o ICMS, principal receita tributária do estado, foi um dos fatores que levaram a decisão do contingenciamento já na abertura do exercício. A decisão foi de reduzir o valor original da LOA em R\$ 460,6 milhões, prevalecendo o valor de R\$ 3.349.645.324,00 em substituição ao valor alocado na peça orçamentária de R\$ 3.810.245.324,00. Decorrido o período verificou-se que a equipe da receita tinha razão e ainda assim estava otimista, pois fechamos o exercício com arrecadação de ICMS no valor de R\$ 3.138.316.233,14, valor menor que o reprojetoado em R\$ 211,33 milhões. A redução em relação ao valor constante na LOA somou R\$ 671,93 milhões.

Para facilitar a análise e entender melhor o resultado obtido, vamos recorrer ao “Anexo I” da Lei 4.320/63, que demonstra o mesmo resultado, porém sob o ponto de vista da categoria econômica – receita/despesa corrente e capital, com a vantagem de apresentar a despesa por grandes grupos e superávits e déficits por categoria:

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO CATEGORIAS ECONÔMICAS			
Anexo 1 - Lei 4.320/64			
CONSOLIDADO DO ESTADO			
RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	3.507.851.071,46	PESSOAL E ENCARGOS	2.449.571.001,85
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	559.649.095,90	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	367.988.565,68
RECEITA PATRIMONIAL	75.516.276,92	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.050.005.369,47
RECEITA AGROPECUÁRIA	124.716,44	SUB-TOTAL DESPESAS CORRENTES	4.867.564.937,00
RECEITA INDUSTRIAL	6.141.938,67		
RECEITA DE SERVIÇOS	141.832.155,45	SUPERÁVIT CORRENTE	742.025.401,68
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.547.391.025,48		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	246.001.455,21		
(-) DEDUÇÕES DO FUNDEF	(474.917.396,85)		
TOTAL - RECEITAS CORRENTES	5.609.590.338,68	TOTAL - DESPESAS CORRENTES	5.609.590.338,68
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
ALIENAÇÃO DE BENS	84.027.250,24	INVESTIMENTO	545.929.113,76
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	2.312.330,58	INVERSÃO FINANCEIRA	21.488.052,33
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	36.657.704,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	267.332.961,24
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	9.721.156,48		
SUB-TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	132.718.441,30	SUB-TOTAL DESPESAS CAPITAL	834.750.127,33
DÉFICIT CAPITAL	702.031.686,03		
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	834.750.127,33	TOTAL - DESPESAS CAPITAL	834.750.127,33
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES	5.609.590.338,68	DESPESAS CORRENTES	4.867.564.937,00
RECEITAS DE CAPITAL	132.718.441,30	DESPESAS DE CAPITAL	834.750.127,33
DÉFICIT		SUPERÁVIT	39.993.715,65
TOTAL DAS RECEITAS	5.742.308.779,98	TOTAL DAS DESPESAS	5.742.308.779,98



Vemos assim, que a receita corrente realizada montou em R\$ 5,61 bilhões e os gastos nesta mesma categoria, despesas correntes limitaram a R\$ 4,87 bilhões. O superávit desta categoria econômica – R\$ 0,74 bilhões financiou o déficit das despesas de capital que somaram R\$ 0,70 e gerou o superávit orçamentário em análise R\$ 0,39 bilhões.

1.3 – Resumo Geral da Receita

Abaixo demonstramos o resumo geral da receita utilizando o mesmo nível de detalhamento da tabela constante na LOA, para que possamos analisar o resultado obtido:

Resumo Geral da Receita									
Especificação	TESOURO			OUTRAS FONTES			TOTAL		
	Previsto	Realizado	Var. %	Previsto	Realizado	Var. %	Previsto	Realizado	Var. %
<i>I - Receitas Correntes</i>	5.557.195.334	5.678.728.135	2%	317.249.759	405.779.601	28%	5.874.445.093	6.084.507.736	4%
1.1 Tributária	4.107.847.416	3.507.850.653	-15%	-	-	-	4.107.847.416	3.507.850.653	-15%
Icms	3.810.245.324	3.138.316.233	-18%	-	-	-	3.810.245.324	3.138.316.233	-18%
Demais	297.602.092	369.534.419	24%	-	419	-	297.602.092	369.534.838	24%
1.2 Contribuições	559.305.175	483.823.972	-13%	21.669.694	75.825.124	250%	580.974.869	559.649.096	-4%
1.3 Patrimonial	9.479.566	53.148.718	461%	15.073.268	22.367.559	48%	24.552.834	75.516.277	208%
1.4 Agropecuária	-	-	-	441.465	124.716	-72%	441.465	124.716	-72%
1.5 Industrial	-	-	-	6.774.805	6.141.939	-9%	6.774.805	6.141.939	-9%
1.6 Serviços	262.175	712.750	172%	189.263.344	141.119.406	-25%	189.525.519	141.832.155	-25%
1.7 Transferências Correntes	1.289.194.981	1.527.599.229	18%	16.539.742	19.791.796	20%	1.305.734.723	1.547.391.025	19%
Fundo Part. dos Estados	637.606.339	853.958.573	34%	-	-	-	637.606.339	853.958.573	34%
Demais	651.588.642	673.640.656	3%	16.539.742	-	-100%	668.128.384	673.640.656	1%
1.8 Outras Receitas Correntes	127.799.022	105.592.813	-17%	67.487.441	140.408.642	108%	195.286.463	246.001.455	26%
1.9 Conta Retificadora	(536.693.001)	(474.917.397)	-12%	-	-	-	(536.693.001)	-	-100%
<i>II - Receitas de Capital</i>	163.870.907	114.431.816	-30%	7.129.855	18.286.625	156%	171.000.762	132.718.441	-22%
2.1 Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	0	0	0
2.2 Alienação de Bens	7.944.565	82.540.594	939%	1.742.587	1.486.656	-15%	9.687.152	84.027.250	767%
2.3 Amortização de Empréstimos	2.208.928	79.912	-96%	2.318.068	2.232.419	-4%	4.526.996	2.312.331	-49%
2.4 Transferência de Capital	153.717.414	30.976.739	-80%	909.200	5.680.965	525%	154.626.614	36.657.704	-76%
2.5 Outras Receitas de Capital	-	834.572	-	2.160.000	8.886.584	311%	2.160.000	9.721.156	350%
III - Receita Total	5.721.066.241	5.318.242.554	-7%	324.379.614	424.066.226	31%	6.045.445.855	5.742.308.780	-5%

1.3.1 – Receitas do Tesouro

A distribuição clássica das receitas em fontes do “tesouro” e “outras fontes” nos permitem ter a dimensão do desempenho da administração direta e indireta.

A administração direta, aí representada pelas receitas do tesouro, é a responsável pela arrecadação de 93% do total das receitas do estado. Percebemos que sua principal fonte de recursos, as receitas tributárias, findou o exercício com um desempenho negativo da ordem de (-)15%. Contudo, o desempenho das demais fontes de receitas que compõem a categoria econômica “receitas correntes” neutralizou o baixo desempenho, permitindo que o exercício encerrasse com um crescimento positivo de 2%.

Merecem destaque, em ordem de importância e relevância no contexto deste grupo de receitas as (1) transferências correntes, que apresentaram um crescimento de 18% em relação ao valor previsto, resultando num aporte extra aos cofres públicos de R\$ 238,4 milhões, dos quais R\$ 216,3 advém do Fundo de Participação dos Estados - FPE; (2) alienação de bens que registrou um crescimento adicional, no exercício, de 939%, resultando em R\$ 74,5 milhões a mais no caixa; e (3) receita patrimonial pela



superação da previsão inicial em R\$ 43,66 milhões, resultante do bom desempenho das aplicações financeiras dos recursos da conta única do estado.

As receitas de contribuições, no grupo das receitas do tesouro, registraram uma arrecadação menor em relação à previsão no montante de R\$ 75,48 milhões. Trata-se das receitas do FETHAB, cuja previsão inicial montava em R\$ 358,56 milhões e realizou apenas R\$ 275,90 milhões.

As receitas denominadas “outras receitas correntes” também tiveram a expectativa de arrecadação frustrada no montante de R\$ 22,2 milhões. O baixo desempenho pode ser atribuído aos resultados da “receita de dívida ativa” que arrecadou apenas R\$ 16,4 milhões dos R\$ 39,7 milhões previstos.

1.3.2 – Receitas de Outras Fontes

A participação deste grupo no total das receitas do estado, neste exercício, é de 7%. Nele figuram as receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos da administração indireta: fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

As receitas de contribuições somaram R\$ 75,82 milhões, apresentando uma realização 250% acima do previsto, e é composta basicamente pelas receitas: (1) “contribuição ao RPRS” do FUNPREV. Esta Instituição passou a operar no mês de novembro/2006 e arrecadou no período R\$ 46,22 milhões – 61% do total da fonte; (2) Outros R\$ 19,25 milhões (25%) são provenientes da “contribuição para assistência médica dos servidores” – MT Saúde; e por último (3) somaram na composição os R\$ 9,12 milhões registrados pelo ISSPL do sistema de previdência da Assembléia Legislativa.

As receitas patrimoniais acumularam um resultado de R\$ 22,36 milhões. Compõem este resultado os valores arrecadados pelo MT Gás, pelo Funded – resultante de comissão sobre incentivos fiscais, os valores de locações e arrendamentos de bens e o resultado de aplicação financeira dos recursos de convênios.

Dentre as receitas mais relevantes que compõem as “receitas de serviço”, constam as receitas geridas pelo Detran, do Cepromat, da Empaer e da Jucemat, cujas contribuições sobre o montante de R\$ 141,11 milhões arrecadados são: 59%, 24%, 10% e 3% respectivamente.

Os R\$ 19,7 milhões arrecadados sob o título de “transferências correntes” são resultantes de convênios firmados com a União.

A fonte de receita denominada “outras receitas correntes” acumula os valores arrecadados pelo Detran - R\$ 13,7 milhões advindos de aplicação de multas relativas ao trânsito, Funprev – R\$ 67,5 milhões, Fesp e Fungefaz – R\$ 39,1 decorrentes dos serviços das concessionárias de energia e comunicação e Sema – R\$ R\$ 15,3 resultantes da regulação do meio ambiente.

**1.3.3 – Receita Total**

O desempenho geral da receita realizada ficou 5% abaixo das expectativas iniciais. As receitas correntes, apesar dos baixos resultados registrados na fonte “receitas tributárias” (-15%) acumulou um excesso de arrecadação da ordem de 4%. As receitas de capital, como já é costumeiro, novamente não apresentou o desempenho desejado e teve suas ineficiências financiadas pelas receitas correntes.

1.4 – Resumo Geral da Despesa

Abaixo demonstramos o resumo geral da despesa utilizando o mesmo nível de detalhamento da tabela constante na LOA, para que possamos analisar o resultado obtido:

RESUMO GERAL DA DESPESA			
ESPECIFICAÇÃO	TESOURO		
	Previsto	Realizado	Var. %
I - Despesas Correntes	4.736.042.087,00	4.531.669.121,29	-4%
1.1 Pessoal e Encargos Sociais	2.318.264.280,00	2.307.477.823,14	0%
1.2 Juros e Encargos da Dívida	350.328.563,00	367.256.514,62	5%
1.3 Outras Despesas Correntes	2.067.449.244,00	1.856.934.783,53	-10%
II - Despesas Capital	894.579.806,00	782.663.502,66	-13%
2.1 Investimentos	593.389.276,00	499.003.585,82	-16%
2.2 Inversões Financeiras	8.722.175,00	17.409.607,92	100%
2.3 Amortização da Dívida	292.468.355,00	266.250.308,92	-9%
III - Reserva de Contingência	90.444.348,00	-	-100%
IV - Despesa Total (I+II+III)	5.721.066.241,00	5.314.332.623,95	-7%
ESPECIFICAÇÃO	Outras Fontes		
	Previsto	Realizado	Var. %
I - Despesas Correntes	257.293.372,00	335.895.815,71	31%
1.1 Pessoal e Encargos Sociais	54.101.284,00	142.093.178,71	163%
1.2 Juros e Encargos da Dívida	624.425,00	732.051,06	17%
1.3 Outras Despesas Correntes	202.567.663,00	193.070.585,94	-5%
II - Despesas Capital	67.086.243,00	52.086.624,67	-22%
2.1 Investimentos	60.157.536,00	46.925.527,94	-22%
2.2 Inversões Financeiras	5.814.043,00	4.078.444,41	-30%
2.3 Amortização da Dívida	1.114.664,00	1.082.652,32	-3%
III - Reserva de Contingência	-	-	-
IV - Despesa Total (I+II+III)	324.379.615,00	387.982.440,38	20%
ESPECIFICAÇÃO	TOTAL		
	Previsto	Realizado	Var. %
I - Despesas Correntes	4.993.335.459,00	4.867.564.937,00	-3%
1.1 Pessoal e Encargos Sociais	2.372.365.564,00	2.449.571.001,85	3%
1.2 Juros e Encargos da Dívida	350.952.988,00	367.988.565,68	5%
1.3 Outras Despesas Correntes	2.270.016.907,00	2.050.005.369,47	-10%
II - Despesas Capital	961.666.049,00	834.750.127,33	-13%
2.1 Investimentos	653.546.812,00	545.929.113,76	-16%
2.2 Inversões Financeiras	14.536.218,00	21.488.052,33	48%
2.3 Amortização da Dívida	293.583.019,00	267.332.961,24	-9%
III - Reserva de Contingência	90.444.348,00	-	-100%
IV - Despesa Total (I+II+III)	6.045.445.856,00	5.702.315.064,33	-6%



1.4.1 – Despesas do Tesouro

Tal qual ocorreu com a receita, as despesas também passam pela classificação de fontes de recursos denominadas “tesouro” e “outras fontes”. Os dados nos mostram que os gastos do tesouro ficaram sete por cento menores do que o previsto inicial. A categoria econômica “despesas correntes” sofreu uma redução 4%, que em valores monetários monta em R\$ 204,37 milhões. Considerando a área de gasto, esse valor impactou diretamente os custeios do governo, cuja redução final montou em R\$ 210,5 milhões neste exercício. O custeio da máquina, por aqui medido, representa 35% das aplicações do tesouro.

As expressões numéricas mostram um bom conhecimento dos gastos com pessoal, cuja variação não chegou a 1% dos valores projetados. Esse grupo de despesa representa 43,42% de todos os recursos do tesouro.

O serviço da dívida é outra despesa de grande monta financiada com os recursos do tesouro, que também já conta com uma boa capacidade de previsão, pois sua variação também ficou nas proximidades de 1%, quando somadas as previsões de juros e amortizações e comparado com a previsão. Seu impacto sobre os recursos do tesouro é 11,92%.

1.4.2 – Despesas de Outras Fontes

As despesas de outras fontes apresentaram um crescimento total de 20% em relação à previsão inicial. Esse gasto foi financiado pelo excesso de arrecadação (R\$ 99 milhões) gerado no período. A execução da despesa de pessoal, atualmente representando 37% do total do gasto demonstra baixa capacidade de projeção, pois fizeram previsão inicial de R\$ 54,1 milhões, quando na verdade eram necessários R\$ 142,09 milhões. O reforço de dotação orçamentária atingiu o índice de 163% de correção.

O gasto com custeio da máquina pelos Órgãos da Administração representou, neste exercício, 50% de todos os recursos aplicados pelo grupo.

1.4.3 – Despesas Por Poder e Órgão

O artigo 5º da LOA, em seu inciso II, fixou o limite de despesa por órgão, utilizando o conceito de despesa consolidada, ou seja, sem detalhar nenhuma fonte de recurso. Os resultados finais devem ser avaliados considerando o disposto no § 2º art. 7º da Lei 8.430/2005 (LOA):

Art 7º Fica o Orçamento Geral do Estado, a partir de sua abertura, contingenciado em R\$595.742.172,00 (quinhentos e noventa e cinco milhões, setecentos e quarenta e dois mil, cento e setenta e dois reais) visando à garantia do equilíbrio fiscal do Estado.

(...)

§ 2º A Assembléia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e a Procuradoria-Geral de Justiça deverão adotar medidas para contingenciar suas despesas nos valores abaixo estabelecidos:

I - Tribunal de Justiça - R\$33.688.079,00 (trinta e três milhões, seiscentos e oitenta e oito mil e setenta e nove reais);



II - Assembléia Legislativa - R\$15.875.109,00 (quinze milhões, oitocentos e setenta e cinco mil e cento e nove reais);

III - Tribunal de Contas - R\$13.388.111,00 (treze milhões, trezentos e oitenta e oito mil e cento e onze reais);

IV - Procuradoria-Geral de Justiça - R\$13.520.556,00 (treze milhões, quinhentos e vinte mil e quinhentos e cinquenta e seis reais).

Abaixo apresentamos o resultado da execução orçamentária no mesmo lay-out para facilitar a análise.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃOS					
Poderes e Órgãos	Fixado	Realizado	Var. %	Contingenciado	Part. %
1. Poder Legislativo	259.110.743,00	276.106.043,59	6,56%	29.263.220,00	11%
Assemblei Legislativa	115.680.463,00	140.441.967,97	21,41%	15.875.109,00	14%
Diretoria Gestora	7.457.958,00	6.560.078,50	-12,04%	0,00	
Instituto de Seguridade do Poder Legislativo	23.528.791,00	23.360.044,02	-0,72%	0,00	
Tribunal de Contas	112.443.531,00	105.743.953,10	-5,96%	13.388.111,00	12%
2. Poder Judiciário	360.537.145,00	392.591.783,15	8,89%	33.688.079,00	9%
Tribunal de Justiça	308.366.205,00	330.541.142,59	7,19%	33.688.079,00	11%
Fundo de Apoio ao Judiciário	52.170.940,00	62.050.640,56	18,94%	0,00	
3. Ministério Público	120.848.064,00	129.019.167,54	6,76%	13.520.556,00	11%
Procuradoria Geral de Justiça	120.334.350,00	128.890.594,94	7,11%	13.520.556,00	11%
Funanp	513.714,00	128.572,60	-74,97%	0,00	
4. Defensoria Pública	11.804.952,00	15.078.572,92	27,73%	1.583.044,06	13%
Defensoria Pública do Estado	11.804.952,00	15.078.572,92	27,73%	1.583.044,06	13%
TOTAL - OUTROS PODERES	752.300.904,00	812.795.567,20	8,04%	78.054.899,06	10%

A Análise dos resultados nos revela que o contingenciamento, a exceção do Tribunal de Contas, não se efetivou para os outros Poderes. Muito pelo contrário, a Assembléia Legislativa, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a Defensoria Pública receberam reforço de dotação e realizaram gastos muito superiores ao valor consignado originalmente no orçamento, ainda sem o impacto do contingenciamento.

A Assembléia Legislativa reprogramou para maior suas dotações orçamentárias em R\$ 24,76 milhões e seu orçamento inicial deveria ter sido reduzido em R\$ 15,87 milhões (14%). Suas aplicações estão distribuídas em três grupos de despesas: 47% em pessoal, 42% em custeio e 11% em investimentos.

O valor a ser contingenciado pelo Tribunal de Justiça equivalia a 11% (R\$ 33,68 milhões) da fixação ocorrida na LOA. Finalizado o exercício, apurou-se que ele operou com um reforço de dotação no valor de R\$ 22,17 milhões, equivalente a apenas 7,2% da proposta original. Qualitativamente os recursos do TJ foram distribuídos 93% em pessoal, 6% em custeio e 1% em investimento.

O Tribunal de Contas foi o único órgão dos outros Poderes que sofreu impacto do contingenciamento anunciado, ainda que em valores bem inferiores ao declarado na LOA. Os R\$ 13,38 milhões que deveriam replanejar (12%), limitou-se ao montante de R\$ 6,7 milhões, representando uma redução de 6% dos valores iniciais fixados. A despesa de pessoal consumiu 62% do total de recursos alocados, enquanto o custeio e o investimento representaram 32% e 6% respectivamente.

O valor a ser contingenciado pelo Ministério Público representava 11% do



planejamento constante na LOA, ou seja, R\$ 13,52 milhões. Além de não contingenciar, recebeu dotações extras que somaram R\$ 8,55 milhões, reforço adicional que significou aumento de 7% sobre tudo que planejou no momento que projetou suas necessidades para 2006. Suas aplicações foram de 80% em pessoal, 9% em custeio e 11% em investimento.

A Defensoria Pública também foi beneficiada com reforço de dotação no valor de R\$ 3,27 milhões. O contingenciamento, se aplicado, teria reduzido suas disponibilidades para o exercício em 13%. Seus gastos com pessoal somaram 84%, com custeio 13% e com investimento 3%.

Ao todo, os outros Poderes consumiram recursos orçamentários e financeiros, em valores superiores ao da LOA, no montante de R\$ R\$ 60,5 milhões, crescimento de gasto da ordem de 8,04%.

Os gastos dos Órgãos que compõe a estrutura do Poder Executivo somaram R\$ 4,89 bilhões. Gastou-se 0,4 bilhões a menos do que se projetou inicialmente. Considerando o valor a ser contingenciado no início do exercício, a recuperação parcial da receita total e a canalização de recursos extras para os demais Poderes no montante de R\$ 52 milhões, conclui-se que o Poder Executivo bancou sozinho com o revés da arrecadação em função da situação econômica instalada no estado.

O quadro abaixo permite analisar o desempenho da execução orçamentária pelos órgãos do estado e suas unidades orçamentárias:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃOS				
Poderes e Órgãos	Fixado	Realizado	Var. %	Participação
5. Poder Executivo				
Casa Civil	16.784.335	15.856.644	-5,53%	0,32%
Casa Civil	11.281.047	11.483.933	1,80%	0,23%
AGER	5.503.288	4.372.711	-20,54%	0,09%
Casa Militar	4.280.731	3.605.114	-15,78%	0,07%
Casa Militar	4.280.731	3.605.114	-15,78%	0,07%
Auditoria-Geral do Estado	4.140.167	3.390.680	-18,10%	0,07%
Auditoria-Geral do Estado	4.140.167	3.390.680	-18,10%	0,07%
Gabinete do Vice-Governador	481.921	434.476	-9,85%	0,01%
Gabinete do Vice-Governador	481.921	434.476	-9,85%	0,01%
Procuradoria-Geral do Estado	40.215.413	40.315.453	0,25%	0,82%
Procuradoria-Geral do Estado	33.649.373	37.704.790	12,05%	0,77%
FUNJUS	6.566.040	2.610.663	-60,24%	0,05%
Secretaria de Estado de Administração	60.784.426	154.927.139	154,88%	3,17%
Secretaria de Estado de Administração	21.607.742	19.350.542	-10,45%	0,40%
MT-Saúde	26.262.584	39.279.328	49,56%	0,80%
Escola de Governo	3.034.532	2.198.225	-27,56%	0,04%
FUNDESP	9.879.568	8.541.904	-13,54%	0,17%
FUNPREV	0	85.557.140	.	1,75%
Secretaria de Des. Rural - SEDER	94.013.537	85.516.170	-9,04%	1,75%
SEDER	12.824.458	9.777.311	-23,76%	0,20%
INTERMAT	9.917.028	8.681.319	-12,46%	0,18%
INDEA	33.267.747	39.892.715	19,91%	0,82%



EMPAER	34.847.105	27.124.851	-22,16%	0,55%
Fundo Agrário do Estado de Mato Grosso	3.112.199	0	-100,00%	0,00%
Fundo de Aval do Estado de Mato Grosso	45.000	39.975	-11,17%	0,00%
Secretaria de Comunicação Social - SECOM	15.636.789	19.482.913	24,60%	0,40%
SECOM	15.636.789	19.482.913	24,60%	0,40%
Secretaria de Estado de Educação	774.228.890	768.176.566	-0,78%	15,71%
SEDUC	322.846.479	768.176.566	137,94%	15,71%
FEE	451.382.411	0	-100,00%	0,00%
Secretaria de Esporte e Lazer - SEEL	8.093.256	26.424.773	226,50%	0,54%
SEEL	2.091.565	1.847.680	-11,66%	0,04%
FUNDED	6.001.691	24.577.093	309,50%	0,50%
Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ	269.900.389	241.660.578	-10,46%	4,94%
SEFAZ	226.299.485	195.794.485	-13,48%	4,00%
FUNGEFAZ	43.600.904	45.866.093	5,20%	0,94%
Sec. de Indústria, Comércio, Minas e Energia	60.549.873	58.620.880	-3,19%	1,20%
SICME	17.341.483	18.052.338	4,10%	0,37%
JUCEMAT	4.974.703	3.427.175	-31,11%	0,07%
IMMEQ	4.794.609	5.665.116	18,16%	0,12%
METAMAT	10.348.498	14.595.677	41,04%	0,30%
MT GÁS	7.443.774	7.042.380	-5,39%	0,14%
FUNDEIC	15.646.806	9.838.194	-37,12%	0,20%
Sec. de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP	607.645.947	586.224.236	-3,53%	11,99%
SEJUSP	59.467.781	76.293.669	28,29%	1,56%
Polícia Militar	221.084.300	218.097.387	-1,35%	4,46%
Polícia Civil	112.097.531	103.561.071	-7,62%	2,12%
Corpo de Bombeiros	27.874.632	27.659.865	-0,77%	0,57%
DETRAN	62.721.088	52.406.365	-16,45%	1,07%
FESP	116.838.751	101.253.319	-13,34%	2,07%
Fundo Penitenciário	2.081	0	-100,00%	0,00%
FREBOM	7.559.783	6.952.561	-8,03%	0,14%
Sec. de Planejamento e Coord. Geral - SEPLAN	60.112.800	63.184.576	5,11%	1,29%
SEPLAN	18.425.276	23.025.063	24,96%	0,47%
CEPROMAT	41.687.524	40.159.513	-3,67%	0,82%
Secretaria de Estado de Saúde - SES	583.123.929	534.642.926	-8,31%	10,93%
SES	201.317.238	212.410.925	5,51%	4,34%
FES	381.806.691	322.232.002	-15,60%	6,59%
Sec. de Trabalho, Emprego e Cidadania - SETCS	34.100.741	32.134.854	-5,76%	0,66%
SETCS	11.310.355	20.804.323	83,94%	0,43%
PROSOL	10.886.206	0	-100,00%	0,00%
Fundo Estadual de Infância e Adolescência	162.505	37.922	-76,66%	0,00%
Fundo Estadual de Defesa do Consumidor	376.231	164.075	-56,39%	0,00%
Fundo Estadual de Amparo ao Trabalhador	3.575.647	677.306	-81,06%	0,01%
Fundo Partilhado de Investimentos Sociais	4.218.189	5.087.947	20,62%	0,10%
Fundo Estadual de Assistência Social	3.571.608	5.363.281	50,16%	0,11%
Secretaria de Estado de Cultura - SEC	17.595.319	22.420.160	27,42%	0,46%
Secretaria de Estado de Cultura - SEC	4.395.319	4.118.339	-6,30%	0,08%
Fundo Estadual de Fomento a Cultura	13.200.000	18.301.822	38,65%	0,37%
Sec. de Desenvolvimento do Turismo - SEDTUR	5.781.640	6.055.169	4,73%	0,12%
SEDTUR	5.781.640	6.055.169	4,73%	0,12%
Secretaria de Estado de Infra-Estrutura	438.896.915	387.110.654	-11,80%	7,92%
Secretaria de Estado de Infra-Estrutura	438.896.915	387.110.654	-11,80%	7,92%
Sec. de Ciência e Tecnologia - SECITEC	117.199.218	98.900.891	-15,61%	2,02%
SECITEC	4.159.299	3.173.707	-23,70%	0,06%



UNEMAT	84.011.336	72.268.762	-13,98%	1,48%
FAPEMAT	15.792.887	12.222.465	-22,61%	0,25%
CEPROTEC	12.650.437	10.822.425	-14,45%	0,22%
FEEP	585.259	413.533	-29,34%	0,01%
Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA	48.003.643	51.186.031	6,63%	1,05%
SEMA	16.252.694	17.497.803	7,66%	0,36%
FEMAM	31.750.949	33.688.228	6,10%	0,69%
Encargos Gerais do Estado - EGE	1.938.970.724	1.689.248.615	-12,88%	34,55%
EGE SAD	143.748.228	91.133.573	-36,60%	1,86%
EGE SEFAZ	1.762.499.337	1.591.008.695	-9,73%	32,54%
EGE SEPLAN	32.723.159	7.106.347	-78,28%	0,15%
Reserva de Contingência	90.444.348	0	.	0,00%
Reserva de Contingência	90.444.348	0	-100,00%	0,00%
TOTAL DO PODER EXECUTIVO	5.290.984.951	4.889.519.497	-7,59%	100,00%

**2 – Resultado Financeiro****2.1 – Balanço Financeiro**

O **Balanço Financeiro** demonstra a Receita Orçamentária e a Despesa Orçamentária realizada, conjugadas com as disponibilidades provenientes do exercício anterior e com as que são transferidas para o exercício seguinte, conforme preceitua o artigo 103 da Lei nº. 4.320. A tabela abaixo reproduz os dados do Balanço Financeiro:

BALANÇO FINANCEIRO - EXERCÍCIO - 2006			
Anexo 13 - Lei 4.320/64			
CONSOLIDADO DO ESTADO			
RECEITAS		DESPESAS	
TÍTULO	ACUMULADO	TÍTULO	ACUMULADO
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	5.742.308.779,98	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	5.702.315.064,33
RECEITA CORRENTE	5.609.590.338,68	LEGISLATIVA	230.912.473,44
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.507.851.071,46	JUDICIARIA	347.333.670,18
RECEITA CONTRIBUIÇÕES	559.649.095,90	ESSENCIAL A JUSTIÇA	118.868.582,69
RECEITA PATRIMONIAL	75.516.276,92	ADMINISTRAÇÃO	325.671.563,37
RECEITA AGROPECUÁRIA	124.716,44	SEGURANÇA PÚBLICA	508.233.935,30
RECEITA INDUSTRIAL	6.141.938,67	ASSISTENCIA SOCIAL	5.401.202,57
RECEITA DE SERVIÇOS	141.832.155,45	PREVIDÊNCIA SOCIAL	570.835.432,19
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.547.391.025,48	SAÚDE	561.293.482,85
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	246.001.455,21	TRABALHO	20.143.769,03
DEDUÇÃO DA REC. ORÇAMENTÁRIA	(474.917.396,85)	EDUCAÇÃO	746.526.038,78
		CULTURA	22.052.465,41
RECEITA DE CAPITAL	132.718.441,30	CIDADANIA	4.726.789,39
ALIENAÇÃO DE BENS	84.027.250,24	URBANISMO	41.049.888,01
AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS	2.312.330,58	HABITAÇÃO	51.798.252,94
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	36.657.704,00	SANEAMENTO	3.900.465,48
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	9.721.156,48	GESTÃO AMBIENTAL	50.490.737,91
		CIÊNCIA E TECNOLOGIA	15.393.549,56
		AGRICULTURA	71.871.234,58
		ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	7.845.101,25
		INDUSTRIA	38.079.686,03
		COMÉRCIO E SERVIÇOS	9.318.608,61
		COMUNICAÇÕES	19.482.913,06
		ENERGIA	10.321.925,87
		TRANSPORTE	280.480.061,23
		DESPORTO E LAZER	26.839.171,57
		ENCARGOS ESPECIAIS	1.613.444.063,03
RECEITA EXTRA ORÇAMENTÁRIA	1.432.054.823,13	DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIA	1.450.620.460,10
RESTOS A PAGAR PROCESSADO	181.735.557,68	RESTOS A PAGAR	207.912.505,44
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO	93.109.859,42	DIVERSAS ENTIDADES DEVEDORA	99.744.926,00
DIVERSAS ENTIDADES DEVEDORAS	202.713.642,02	CHEQUES EM COBRANÇA	24.896,55
CHEQUES EM COBRANÇA	22.683,16	PREFEITURAS DEVEDORAS	394,50
CREDORES DIVERSOS	118.941.655,91	CREDORES DIVERSOS	221.178.748,19
CONSIGNAÇÕES	553.736.756,34	CONSIGNAÇÕES	502.099.438,99
DEPOSITO DIVERSAS ORIGENS	170.518.585,83	DEPOSITO DIVERSAS ORIGENS	245.253.606,43
RESTITUIÇÃO REC.ORÇAMENTÁRIA	1.327.113,95	RESTITUIÇÃO REC.ORÇAMENTÁRIA	1.167.305,79
DEPOSITOS JUDICIAIS	8.695.754,61	DEPOSITOS JUDICIAIS	9.103.734,03
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	2.004,33	DIVERSOS RESPONSÁVEIS	8.391,12
CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	47.645.164,81	CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	47.650.409,17
MOVIMENTO DE FUNDOS	205.221,00	MOVIMENTOS DE FUNDOS	205.221,00
MOV. RECUR GESTÃO PLEN -SUS	32.640.531,99	MOV. RECUR GESTÃO PLEN -SUS	32.640.531,99
INCORPORA SALDO BANCÁRIO	11.858.197,44	DESINCORPORA SALDO BANCÁRIO	11.816.594,63
DESPESAS A PAGAR	8.902.094,64	DESPESAS A PAGAR	71.813.756,27
TOTAL RECEITA	7.174.363.603,11	TOTAL DESPESA	7.152.935.524,43
SALDO ANO ANTERIOR		SALDO ANO SEGUINTE	
DISPONÍVEL		DISPONÍVEL	
EM BANCOS	440.229.627,33	EM BANCOS	461.657.706,01
BANCOS CONTA ESPECIAL	440.229.627,33	BANCOS CONTA ESPECIAL	461.657.706,01
BANCOS CONTA MOVIMENTO		BANCOS CONTA MOVIMENTO	
BANCOS CONTA ÚNICA		BANCOS CONTA ÚNICA	
TOTAL DISPONIBILIDADE ANTERIOR	440.229.627,33	TOTAL DISPONIBILIDADE SEGUINTE	461.657.706,01
TOTAL GERAL	7.614.593.230,44	TOTAL GERAL	7.614.593.230,44



2.2 – Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro é obtido através do Balanço Financeiro, que tem por objetivo demonstrar as receitas e despesas orçamentárias e os ingressos e saídas de natureza extra-orçamentária, que conjugados com os saldos existentes no início e no final do exercício, evidenciará o **resultado financeiro**:

RESULTADO FINANCEIRO		
ESPECIFICAÇÃO	2005	2006
TOTAL RECEITA ORÇAMENTÁRIA	5.356.923.591,05	5.742.308.779,98
TOTAL RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA	1.241.159.033,26	1.432.054.823,13
TOTAL DAS ENTRADAS	6.598.082.624,31	7.174.363.603,11
TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA	5.376.671.162,27	5.702.315.064,33
TOTAL DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA	1.134.068.478,81	1.450.620.460,10
TOTAL DAS SAÍDAS	6.510.739.641,08	7.152.935.524,43
RESULTADO FINANCEIRO	87.342.983,23	21.428.078,68

O resultado financeiro positivo no montante de R\$21,42 milhões demonstra que a receita orçamentária foi suficiente para honrar tanto os compromissos de natureza orçamentária como cobrir os déficits de natureza extra-orçamentária.

O governo está comemorando o resultado alcançado, pois 2006 foi um ano atípico e fechá-lo com resultado tão positivo, demonstra que as diretrizes que têm norteado as ações do governo estão corretas. Este exercício trouxe vários desafios para serem superados, entre eles está o fato de ser um ano de fim de mandato, que gera novas responsabilidades a luz da Lei de Responsabilidade Fiscal; ter iniciado com um cenário de baixas perspectivas no campo das receitas tributárias, crise econômica acentuada no agro-negócio.

No campo financeiro não só conseguimos honrar com todos os compromissos rotineiros, como também, pela primeira vez dispomos de recursos financeiros para cobrir a totalidade dos restos a pagar inscritos em 31/12/2006.

SALDO DE DISPONIBILIDADE EM 31/12/2006			
CÓD.	ÓRGÃO	SALDO	AV
99.000	TESOURO DO ESTADO	355.325.530,62	76,97%
8.101	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA	25.731.333,59	5,57%
3.601	FUNDO DE APOIO JUDICIARIO	17.854.519,02	3,87%
25.101	SEC. DE ESTADO DE INFRA ESTRUTURA	14.737.621,58	3,19%
14.101	SEC. DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	10.192.494,85	2,21%
3.101	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	5.625.932,32	1,22%
21.601	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	4.323.526,41	0,94%
26.202	FUNDO DE AMPARO A PESQUISA	3.074.030,88	0,67%
12.032	INDEA	2.854.300,00	0,62%
27.601	FEMAN	2.680.066,75	0,58%
26.201	UNEMAT	1.887.087,93	0,41%
19.301	DETRAN	1.470.296,04	0,32%
19.102	FESP	1.304.929,08	0,28%
SUBTOTAL		447.061.669,07	96,84%
DEMAIS ÓRGÃOS		14.596.036,94	3,16%
TOTAL		461.657.706,01	100,00%



O saldo de disponibilidade em 31/12/2006 foi de 461.657.706,01, como pode ser observado na tabela anterior. O tesouro estadual e mais doze unidades orçamentárias detiveram juntas 96,84% das disponibilidades.

O Balanço Financeiro propicia também, a análise da destinação dos recursos arrecadados como contraprestação de serviços à sociedade. Aqui a despesa é demonstrada por função de governo. No exercício de 2006, executamos ações envolvendo 26 funções. Destas, apenas 11 movimentaram 94,27% do total dos recursos, como pode ser analisado no demonstrativo abaixo:

DESPESA POR FUNÇÃO			
FUNÇÃO	VALOR	Part. %	% Ac.
ENCARGOS ESPECIAIS	1.613.444.063,03	28,29%	28,29%
EDUCAÇÃO	746.526.038,78	13,09%	41,39%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	570.835.432,19	10,01%	51,40%
SAÚDE	561.293.482,85	9,84%	61,24%
SEGURANÇA PÚBLICA	508.233.935,30	8,91%	70,15%
JUDICIARIA	347.333.670,18	6,09%	76,24%
ADMINISTRAÇÃO	325.671.563,37	5,71%	81,96%
TRANSPORTE	280.480.061,23	4,92%	86,87%
LEGISLATIVA	230.912.473,44	4,05%	90,92%
ESSENCIAL A JUSTIÇA	118.868.582,69	2,08%	93,01%
AGRICULTURA	71.871.234,58	1,26%	94,27%
DEMAIS FUNÇÕES	326.844.526,69	5,73%	100,00%
TOTAL	5.702.315.064,33	100,00%	

A função “Encargos Especiais” acumula os desembolsos efetuados em programas/operações especiais, que conceitualmente são classificadas como despesas que não gera contraprestação de serviço a sociedade. As despesas mais representativas que integram essa função são as transferências constitucionais aos municípios e as despesas com o serviço da dívida.

Merecem destaques na execução do exercício de 2006, além da função “encargos especiais (28,29%)”, as funções “educação”, “previdência”, “saúde” e “segurança pública”, que receberam aplicações da ordem de 13,09%, 10,01%, 9,84% e 8,91% respectivamente. O cidadão, com certeza, consegue se enxergar na administração Blairo Maggi.

3 – Resultado Patrimonial

3.1 – Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial retrata a situação estática do Patrimônio do Estado, sob aspectos quantitativos, compondo-se dos grupos de contas representadas na Tabela abaixo:



BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIO - 2006			
Anexo 14 - Lei 4.320/64			
CONSOLIDADO DO ESTADO			
ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
ATIVO FINANCEIRO	703.610.987,96	PASSIVO FINANCEIRO	477.681.262,70
DISPONÍVEL	461.657.706,01	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	378.122.883,62
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	417.539.564,58	Despesas a Pagar	6.526.519,61
Banco Cta Movimento	64.286.805,41	Depósito de Div. Origens	48.521.825,53
Conta Única	353.252.759,17	Consignações	39.847.886,24
		Credores Diversos	86.561.282,88
		Restit. Rec. Orçamentária	105,04
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	44.118.141,43	Restos a Pagar Processado	137.395.721,15
Caixa Geral	-	Restos a Pagar Não Processado	59.269.543,17
Banco Cta Movimento	44.118.141,43		
		ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	99.558.379,08
REALIZÁVEL	241.953.281,95	Depósito de Div. Origens	32.020,84
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	200.469.606,94	Consignações	11.949.332,74
Diversas Entidades Devedoras	197.988.641,22	Credores Diversos	9.221.465,63
Prefeituras Devedoras	459,24	Restit. Rec. Orçamentária	175.407,09
Diversos Responsáveis	7.341,80	Restos a Pagar Processado	44.339.836,53
Cheques em Cobrança	1.283.307,01	Restos a Pagar Não Processado	33.840.316,25
Depositos Judiciais	1.189.857,67		
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	41.483.675,01		
Diversas Entidades Devedoras	41.024.345,50		
Prefeituras Devedoras	13.184,18		
Diversos Responsáveis	168.231,35		
Cheques em Cobrança	272.669,62		
Rec. Própria Arrec. Tesouro	5.244,36		
ATIVO PERMANENTE	5.368.874.344,83	PASSIVO PERMANENTE	7.676.292.778,45
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.414.110.040,28	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	6.890.463.692,70
Bens Móveis	206.066.506,46	Div. Fund. Interna p/ Contrato	3.566.050.750,00
Bens Imóveis	635.957.689,60	Resíduos Parcelamento de Dívidas	1.834.887.251,22
Outros Créditos	646.187.371,17	Dívida Fundada Externa	92.264.462,12
Dívida Ativa	2.887.916.766,52	Obrigações Diversas	1.397.261.229,36
Valores	23.369.034,19		
Almoxarifado	14.612.672,34		
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	954.764.304,55	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	785.829.085,75
Bens Móveis	289.676.530,15	Dívida Fundada Interna p/ Contrato	189.519.434,87
Bens Imóveis	246.972.891,96	Obrigações Diversas	596.309.650,88
Bens Intangíveis	7.517.518,11		
Créditos	362.292.683,66		
Valores	10.904.076,02		
Almoxarifado	37.398.395,45		
Bens p/ Revenda	2.209,20		
SOMA DO ATIVO REAL	6.072.485.332,79	SOMA DO PASSIVO REAL	8.153.974.041,15
SALDO PATRIMONIAL			
PASSIVO REAL DESCOBERTO	2.081.488.708,36		
SOMA ATIVO REAL+ PASSIVO R. DESC.	8.153.974.041,15		
ATIVO COMPENSADO	277.637.349,10	PASSIVO COMPENSADO	277.637.349,10
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	261.048.333,06	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	261.048.333,06
Resp. p/ Valores, Títulos e Bens	25.273.739,67	Contrapartida Resp. p/ Valores, Títulos e Bens	25.273.739,67
Resp. de Terceiros	83.113.234,94	Contrapartida Resp. de Terceiros	83.113.234,94
Desp. Exerc. Anterior	46.548.874,42	Contrapartida Desp. Exerc. Anterior	46.548.874,42
Contrapartida de Convênio	264.829,01	Contrapartida de Convênio	264.829,01
Realização da Renúncia de Receita-Prodei	53.803.207,67	Previsão Renúncia da Receita - Prodei	93.240.442,77
Renúncia de Receita a realizar - Prodei	39.437.235,10	Limite de incentivo - Prodei	12.607.212,25
Limite de incentivo a utilizar - Prodei	9.092.875,93		
Limite de incentivo utilizado - Prodei	3.514.336,32		
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	16.589.016,04	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	16.589.016,04
Resp. p/ Valores, Títulos e Bens	13.718.688,93	Contrapartida Resp. p/ Valores, Títulos e Bens	13.718.688,93
Resp. de Terceiros	499.646,43	Contrapartida Resp. de Terceiros	499.646,43
Desp. Exerc. Anterior	1.673.287,91	Contrapartida Desp. Exerc. Anterior	1.673.287,91
Prest. Contas Convênios	697.392,77	Contrapartida Prest. Contas Convênios	697.392,77
TOTAL GERAL	8.431.611.390,25	TOTAL GERAL	8.431.611.390,25

A análise deste instrumento de gestão e avaliação serve para evidenciar a situação financeira e patrimonial do Estado e quando combinado com outras informações nos permite gerenciar também limites de endividamento e níveis de dispêndios com dívidas.



3.2 – Resumo do Balanço Patrimonial

Reconhecendo a sua complexidade e buscando facilitar o seu entendimento, por parte de leitores menos treinados na análise deste tipo demonstração contábil, elaboramos um resumo da demonstração evidenciando as suas contas mais representativas, para depois compor e comentar alguns quocientes gerenciais.

Resumo do Balanço Patrimonial			
Ativo Financeiro	703.610.987,96	Passivo Financeiro	477.681.262,70
Ativo Permanente	5.368.874.344,83	Passivo Permanente	7.676.292.778,45
Passivo Real a Descoberto	2.081.488.708,36		
Total	8.153.974.041,15	Total	8.153.974.041,15
Saldo Patrimonial			
Resultado Patrimonial Acumulado até 2005		2.644.413.715,76	
Superávit do Exercício de 2006		562.925.007,40	
Passivo Real a Descoberto Acumulado até 2006		(2.081.488.708,36)	

O primeiro resultado a ser evidenciado é que, neste exercício, nosso patrimônio é representado por um Passivo Real a Descoberto acumulado no valor de R\$ 2,81 bilhões. Déficit expressivo, mas que, a cada exercício, tem sofrido redução, como pode ser verificado no valor do superávit do exercício, no montante de 0,56 bilhão.

3.3 – Quocientes Gerenciais

Três são os indicadores mais relevantes para a avaliação do resultado patrimonial: **quociente da Situação Financeira**, **quociente do Resultado Patrimonial** e **quociente do Permanente**.

Analisando os resultados apresentados pelo “**quociente da situação financeira**”, onde se verifica equilíbrio entre os direitos e as obrigações de curto prazo, representadas pelo ativo e passivo financeiro, concluí-se que o estado vem mantendo uma boa margem financeira para fazer face aos seus compromissos de curto prazo. Para cada R\$ 1,00 de obrigação assumida, existe R\$ 1,47 de cobertura financeira.

$$\frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}} = \frac{703.610.987,96}{477.681.262,70} = 1,47$$

Este resultado demonstra que as diretrizes do governador de só assumir compromisso com recursos em caixa tem sido levado a sério pelos gestores públicos em exercício. Tem sido preocupação constante o refinanciamento de obrigações fiscais e sociais, mantendo as obrigações em dia e evitando desequilíbrio financeiro no caixa.

O **quociente do Resultado Patrimonial** é um indicador importante, porque nos permite avaliar a nossa capacidade de solver nossas obrigações em geral.

$$\frac{\text{Soma do Ativo Real}}{\text{Soma do Passivo Real}} = \frac{6.072.485.332,79}{8.153.974.041,15} = 0,74$$



O índice obtido de 0,74, significada que, para cada R\$ 1,0 de obrigação com terceiros, possuímos R\$ 0,74 em patrimônio (bens e direitos) para honrá-lo.

A melhoria geral da situação econômica e financeira do estado pode ser comprovada pela evolução destes índices. A nossa capacidade de solver obrigações em geral no exercício de 2005 era de R\$ 0,67 para cada R\$ 1,0 de dívida.

O **quociente da Situação Permanente** nos revela a relação entre o ativo e o passivo permanente. Em outras palavras, excluídas as obrigações e os bens e direitos de curto prazo, como se comporta a nossa capacidade de pagamento? Constitui o Ativo Permanente: bens móveis, bens imóveis, dívida ativa, almoxarifado, outros créditos e valores; já o passivo permanente é constituído basicamente de duas obrigações: dívida fundada e obrigações diversas.

Quociente da Situação Permanente	
Ativo Permanente	5.368.874.344,83
Passivo Permanente	7.676.292.778,45
= $\frac{5.368.874.344,83}{7.676.292.778,45} = 0,70$	

O estoque da Dívida Fundada representa 74% % do passivo permanente e o pagamento da dívida pública continua sendo priorizado. Dispor de \$ 0,70 para cada R\$ 1,00 de obrigação, ao contrário do que pode significar para empresas privadas, não pode ser considerado como estado de insolvência. Mesmo porque a dívida pública encontra-se, sua maioria, renegociada e o governo tem cumprido rigorosamente os compromissos assumidos.

3.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial de um exercício é obtido pela diferença entre as variações ativas - crescimento do saldo das contas representativas dos bens e direitos; e das variações passivas – crescimento das obrigações com terceiros.

A análise desta demonstração contábil deve focar pelo menos três grandes grupos de variações: (1) resultantes da execução orçamentária, (2) mutações patrimoniais; e (3) independente da execução orçamentária.

O **Resultado Patrimonial** do exercício de 2006 foi **superavitário** em R\$ **562.925.007,40**. Conforme demonstra a tabela abaixo:



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO 2006			
Anexo 15 - Lei 4.320/64			
CONSOLIDADO DO ESTADO			
VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
RESULTANTES EXEC. ORÇAMENTÁRIA	5.742.308.779,98	RESULTANTES EXEC. ORÇAMENTÁRIA	5.702.315.064,33
RECEITAS CORRENTES	6.084.507.735,53	DESPESAS CORRENTES	-4.867.564.937,00
Receita Tributária	3.507.851.071,46	Pessoal e Encargos Sociais	2.449.571.001,85
Receita de Contribuições	559.649.095,90	Juros e Encargos da Dívida	367.988.565,68
Receita Patrimonial	75.516.276,92	Outras Despesas Correntes	2.050.005.369,47
Receita Agropecuária	124.716,44		
Receita Industrial	6.141.938,67		
Receita de Serviços	141.832.155,45		
Transferências Correntes	1.547.391.025,48		
Outras Receitas Correntes	246.001.455,21		
Dedução da Receita Orçamentárias	(474.917.396,85)		
RECEITAS DE CAPITAL	132.718.441,30	DESPESAS DE CAPITAL	834.750.127,33
Alienação de Bens	84.027.250,24	Investimentos	545.929.113,76
Amortização de Empréstimos	2.312.330,58	Inversões Financeiras	21.488.052,33
Transferências de Capital	36.657.704,00	Amortização da Dívida	267.332.961,24
Outras Receitas de Capital	9.721.156,48		
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	-729.511.622,04	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	147.533.261,42
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	-518.081.073,97	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	-138.414.052,25
Aquisição de Bens Móveis	16.214.739,15	Alienação de Bens Móveis	4.686.594,54
Aquisição de Bens Imóveis	88.068.670,00	Alienação de Bens Imóveis	117.164,91
Aquisição Títulos e Valores	10.951.379,00	Recebimento Empréstimos Concedidos	79.911,53
Resgate Emp. Tomados	247.848.292,76	Cobrança da Dívida Ativa	16.622.423,64
Empréstimos Concedidos	318.191,85	Out. Mutações Patrimoniais Passivas	116.907.957,63
Resgate Precatório-PGTO.	5.266.263,41		
Resgate Ppto Obrig. Diversas	7.786.223,57		
Resg. Ações Trabalhista	1.074.006,21		
Baixa de Duodécimo a Receber	70.388.989,73		
Aquisição Material de Consumo	52.610.608,57		
Resgate correção Monetário Contratual	17.553.709,72		
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-211.430.548,07	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	9.119.209,17
Aquisição de Bens Móveis	52.057.185,21	Alienação de Bens Móveis	1.215.684,76
Aquisição e Construção de Bens Imóveis	49.978.394,90	Alienação de Bens Imóveis	2.144.103,72
Resgate de Empréstimos Tomados	1.896.061,99	Alienação Bens Nat. Industrial	10.171,82
Empréstimos Concedidos	6.215.147,61	Recebimento de Empréstimos Concedidos	2.232.419,05
Aquisição Bens p/ Revenda	837.653,75	Out. Mutações Patrimoniais Passivas	3.516.829,82
Resgate Precatório-PGTO.	290.142,62		
Resgate Ppto Obrig. Diversas	605.456,01		
Resg. Ações Trabalhista	3.603.003,17		
Baixa de Duodécimo a Receber	1.525.000,00		
Aquisição de Material de Consumo	94.422.502,81		
INDEPENDENTE EXEC. ORÇAMENTÁRIA	2.091.939.153,03	INDEPENDENTE EXEC. ORÇAMENTÁRIA	2.150.986.221,90
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	-1.045.324.721,14	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	-803.839.847,75
Inscrição de Dívida Ativa	335.015.153,50	Cancel. Depósitos Diversos	90.363,56
Inscrição de Outros Créditos	72.600.257,20	Emcampanção Dívidas Passivas	20.275.028,30
Incorporação de Bens Móveis	36.402.832,65	Desincorporação de Bens Móveis	15.498.790,05
Cancelamento de Dívidas Passivas	6.258.214,06	Atualização Dívida Fundada	359.067.326,22
Out.Var. Ind. Ex. Orc. Ativa	502.598.754,39	Atualização Dívida Flutuantes	1.282.262,36
Incorporação Saldo de Balanço	85.413.023,92	Outras Variações Ind. Exec. Orç. Passiva	274.096.884,24
Cancelamento Obrigações	7.036.485,42	Fornecimento para Consumo	62.159.691,84
		Incorporação Saldo de Balanço - Passivo	71.369.501,18
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-1.046.614.431,89	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-1.347.146.374,15
Inscrição de Outros Créditos	402.692.033,71	Cancel. Depósitos Diversos	250.890,77
Incorporação de Bens Móveis	2.218.642,60	Emcampanção da Dívida Passiva	2.122.780,41
Cancelamento de Dívidas Passivas	81.762.397,85	Desincorporação de Bens Móveis	32.023.348,49
Outras Var. Ind. Ex. Orc. Ativa	104.353.145,38	Atualização Dívida Fundada	8.105.819,50
Incorporação Saldo de Balanço	4.052.481,95	Outras Var. Ind. Exec. Orc. Passiva	1.216.456.137,80
Cancelamento Obrigações	451.535.730,40	Fornecimento para Consumo	81.119.965,88
		Desvalorização de Bens	7.067.431,30
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	8.563.759.555,05	TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS	8.000.834.547,65
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	-	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	562.925.007,40
TOTAL GERAL	8.563.759.555,05	TOTAL GERAL	8.563.759.555,05



Como já foi comentado, na apresentação do balanço orçamentário, o resultado da execução orçamentária foi superavitária em R\$ 39,99 milhões. Explica este resultado a realização de receitas em valor superior às despesas orçamentárias do período.

Outro resultado superavitário foi o das mutações patrimoniais, na ordem de R\$ 581,97 milhões. Há de se destacar que a honra dos compromissos com a Dívida Fundada Interna representada pelo resgate dos Empréstimos Tomados e o investimento na aquisição de Bens Móveis e Imóveis foram fatores que propiciaram a geração do superávit alcançado.

Continuamos contabilizando déficit nas operações independentes da execução orçamentária. As atualizações da dívida pública e a encampação de novas obrigações são fatos que provocam desequilíbrio neste grupo de contas.

3.5 – Restos a Pagar

Neste exercício foram inscritos em **restos a pagar** o montante de R\$ 326,50 milhões, dos quais 72% tem origem em órgãos de Administração Direta e 28% na Administração Indireta:

RESUMO DE RESTOS A PAGAR			
INSCRIÇÕES EM 2006			
ADMINISTRAÇÃO	NÃO PROCESSADO	PROCESSADO	TOTAL
DIRETA	59.269.543,17	177.103.878,48	236.373.421,65
INDIRETA	33.840.666,25	56.288.804,42	90.129.470,67
TOTAL DE INSCRIÇÕES EM 2006	93.110.209,42	233.392.682,90	326.502.892,32
SALDO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-
TOTAL QUE PASSA P/ O EXERC. SEGUINTE	93.110.209,42	233.392.682,90	326.502.892,32

Ressalte-se que, neste exercício, as regras para a inscrição deste tipo de obrigação continuou sendo a mesma dos exercícios anteriores, ou seja, a de comprovação da existência de disponibilidades financeiras.

A comprovação da existência de lastro financeiro, para cobertura das obrigações assumidas, pode ser conferida, no quociente da situação financeira, abaixo rerepresentada:

Quociente da Situação Financeira	
Ativo Financeiro	703.610.987,96
Passivo Financeiro	477.681.262,70
= $\frac{703.610.987,96}{477.681.262,70}$ = 1,47	

A tabela abaixo demonstra com detalhe a composição dos Restos a Pagar inscrito no exercício:

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR				
CÓD.	ÓRGÃO	NÃO PROCESSADO	PROCESSADO	TOTAL
1.101	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	-	4.585.636,23	4.585.636,23



CONTROLE DE RESTOS A PAGAR				
CÓD.	ÓRGÃO	NÃO PROCESSADO	PROCESSADO	TOTAL
1.302	DIRETORIA GESTORA DO EXTINTO FAP	-	504.055,18	504.055,18
1.303	ISSPL	-	1.750.044,42	1.750.044,42
2.101	TRIBUNAL DE CONTAS	-	3.796.365,90	3.796.365,90
3.101	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.124.781,77	26.488.273,82	27.613.055,59
3.601	FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO	12.833.281,46	-	12.833.281,46
4.101	CASA CIVIL	-	412.202,80	412.202,80
4.301	AG.EST.REGUL. SERV. PUBLICOS DELEG	-	136.508,83	136.508,83
5.101	CASA MILITAR	-	170.914,22	170.914,22
6.101	AUDITORIA GERAL DE ESTADO	-	252.006,58	252.006,58
7.101	GAB. DA VICE - GOVERNADORA	-	33.665,83	33.665,83
8.101	PROC.GERAL DE JUSTIÇA	14.437.966,78	8.938.044,23	23.376.011,01
8.601	FUNDO DE APOIO AO MP	49.693,04	-	49.693,04
9.101	PROC.GERAL DO ESTADO	736.031,49	2.683.603,67	3.419.635,16
9.601	FUNDO DE APERF. DOS SERV. JURÍDICOS	251.361,87	-	251.361,87
10.101	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	137.664,36	2.158.244,85	2.295.909,21
11.101	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	-	933.427,44	933.427,44
11.303	INSTITUTO DE ASSIST. SAÚDE - MT SAÚDE	-	380.196,10	380.196,10
11.304	ESCOLA DE GOVERNO DO ESTADO DE MT	77.644,65	81.618,35	159.263,00
11.601	FUNDO DE DESENV. DO SIST. DE PESSOAL	-	88.074,25	88.074,25
11.602	FUNDO PREVIDENCIARIO DE MATO GROSSO	-	34.081.635,47	34.081.635,47
12.101	SECRET. DE ESTADO DE DESENV. RURAL	756.267,95	234.950,68	991.218,63
12.301	INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE MT	-	216.448,51	216.448,51
12.302	INSTITUTO DE DEFESA AGROPEC. DE MT	369.296,06	1.672.219,47	2.041.515,53
12.501	EMPRESA MATOGROS. DE PESQ. - EMPAER	361.619,50	1.267.182,91	1.628.802,41
12.601	FUNDO AGRÁRIO DO ESTADO DE MT	-	-	-
12.602	FUNDO DE PESQUISA AGRICOLA	-	-	-
12.603	FUNDO DE APOIO A CULTURA DO CAFÉ	-	-	-
12.604	FUNDO DE AVAL DO ESTADO DE MT	-	-	-
13.101	SECRETARIA DE ESTADO DE COM. SOCIAL	-	92.191,72	92.191,72
14.101	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	34.576.208,55	47.524.917,83	82.101.126,38
15.101	SECRET.DE ESTADO DE ESPORTE E LAZ.	28.463,03	111.589,99	140.053,02
15.601	FUNDO DO DES. DESPORTIVO	2.327.521,11	226.181,59	2.553.702,70
16.101	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA	-	11.044.625,20	11.044.625,20
16.601	FUNDO DE GESTÃO FAZENDÁRIA	4.101.146,55	39.769,16	4.140.915,71
17.101	SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	898.117,40	199.616,18	1.097.733,58
17.301	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MT	302.169,58	5.108,26	307.277,84
17.302	INSTITUTO DE METROL. E QUALID. DE MT	96.549,00	19.153,56	115.702,56
17.501	CIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO	129.630,89	455.732,64	585.363,53
17.502	COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS	-	-	-
17.601	FUNDO DE DESENV. INDUSTRIAL E COM.	58.670,36	-	58.670,36
19.101	SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEG. PÚBLICA	-	6.024.614,10	6.024.614,10
19.102	POLÍCIA MILITAR	-	15.255.196,30	15.255.196,30
19.103	POLÍCIA CIVIL	-	7.639.521,46	7.639.521,46
19.104	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	-	2.124.442,38	2.124.442,38
19.301	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	1.618.761,55	531.493,23	2.150.254,78
19.601	FUNDO ESTADUAL DE SEG. PÚBLICA	721.729,75	4.424.026,68	5.145.756,43
19.602	FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MT	-	-	-
19.603	FUNDO DE REEQUIP. DO CORPO DE BOMB.	-	13.305,00	13.305,00



CONTROLE DE RESTOS A PAGAR				
CÓD.	ÓRGÃO	NÃO PROCESSADO	PROCESSADO	TOTAL
20.101	SEPLAN	378.970,00	496.956,30	875.926,30
20.401	CEPROMAT	-	1.568.624,13	1.568.624,13
21.101	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	-	20.164.418,08	20.164.418,08
21.601	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	2.942.093,98	3.726.388,13	6.668.482,11
22.101	SETEC - SEC.ESTADO EMP.TRAB.E CID.	342.175,24	1.024.418,51	1.366.593,75
22.603	FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	-	-	-
22.604	FUNDO DE DEFESA CONSUMIDOR	-	-	-
22.605	FUNDO DE AMPARO AO TRAB.	-	-	-
22.606	FUNDO PARTILHADO DE INVESTIMENTOS SOCIAIS	-	-	-
22.607	FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	723.559,73	-	723.559,73
23.101	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	90,00	298.115,70	298.205,70
23.602	FUNDO ESTADUAL DE FOMENTO A CULTURA MT	1.007.943,51	-	1.007.943,51
24.101	SEDTUR - SEC.DE EST.DE DES.TURISMO	290.561,06	129.018,96	419.580,02
25.101	SINFRA - SEC.DE INFRA-ESTRUTURA	4.964.660,13	1.611.115,14	6.575.775,27
25.501	COMPANHIA SANEAMENTO DO ESTADO MT	-	-	-
26.101	SECITES - SEC.DE EST.CIÊNCIA E TECNOL.	597.585,41	74.851,93	672.437,34
26.201	FUNEMAT	1.456.457,36	4.424.041,28	5.880.498,64
26.202	FAPEMAT	2.783.062,73	69.683,95	2.852.746,68
26.301	CEPROTEC - CENTRO EST.EDUC.PROF.	264.727,76	322.438,88	587.166,64
26.302	FUNDO DE EDUC.PROFISSIONAL	3.000,00	15.071,29	18.071,29
27.101	SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	-	1.663.902,46	1.663.902,46
27.601	FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	1.360.745,81	269.803,15	1.630.548,96
30.101	EGE/SAD	-	3.922.006,32	3.922.006,32
30.102	EGE/SEFAZ	-	7.015.023,67	7.015.023,67
30.103	EGE/SEPLAN	-	-	-
TOTAL		93.110.209,42	233.392.682,90	326.502.892,32

Verifica-se pela tabela que dos valores inscritos em restos a pagar 71% são processados e 29% não processados. Dentre os órgãos que mais promoveram inscrições estão a Secretaria de Educação com R\$ 25% do total inscrito, o Fundo Previdenciário - 10%, o Tribunal de Justiça - 8%, o Ministério Público - 7%, a Secretaria de Saúde - 6%, a Polícia Militar - 5%, o Funajuris - 4% e a Secretaria de Fazenda - 3%. Esses órgãos tiveram participação de 69% sobre as inscrições realizadas.



3.6 – Quadro Explicativo do Realizável

O Quadro Explicativo do Realizável tem por objetivo demonstrar a movimentação das contas deste grupo, evidenciando os acréscimos e as baixas ocorridas, compondo o saldo vigente em 31/12/2006:

QUADRO EXPLICATIVO REALIZÁVEL DO EXERCÍCIO - 2006						
CONTAS	SALDO ANTERIOR BALANÇO 2005	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE
		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	RESULTANTE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA	QUITAÇÃO	BAIXA	
ENTIDADES DEVEDORAS	235.392.062,66	177.894.276,60	99.744.926,00	202.713.642,02	71.304.636,52	239.012.986,72
CHEQUE EM COBRANÇAS	1.645.046,26	-	24.896,55	22.683,16	91.283,02	1.555.976,63
PREFEITURAS DEVEDORAS	13.248,92	-	394,50	-	-	13.643,42
DEPÓSITOS JUDICIAIS	781.878,25	-	9.103.734,03	8.695.754,61	-	1.189.857,67
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	171.605,99	-	8.391,12	2.004,33	2.419,63	175.573,15
DESPESAS A PROCESSAR	10.495,11	-	-	-	10.495,11	-
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	-	-	47.650.409,17	47.645.164,81	-	5.244,36
RECURSOS A RECEBER	354.157.194,58	-	-	-	354.157.194,58	-
TOTAL	592.171.531,77	177.894.276,60	156.532.751,37	259.079.248,93	425.566.028,86	241.953.281,95

3.6 – Quadro Comparativo do Saldo do Ativo Permanente

O Ativo Permanente cresceu 18,5% neste exercício. O quadro comparativo de saldo nos fornece uma visão global sobre a evolução dos saldos que compõem este grupo de direitos:

COMPARATIVO DO SALDO DO ATIVO PERMANENTE - 2005 x 2006					
ESPÉCIE	SALDO 2005	AV	SALDO 2006	AV	AH
BENS MÓVEIS	439.187.722,37	1134,03%	495.743.036,61	953,15%	12,88%
BENS IMÓVEIS	784.895.444,38	2026,68%	882.930.581,56	1697,58%	12,49%
BENS INTANGÍVEIS	986.966,84	2,55%	7.517.518,11	14,45%	661,68%
CONCESSÃO DE EMPRESTIMOS	32.395.418,96	83,65%	43.467.524,98	83,57%	34,18%
DÍVIDA ATIVA	2.569.524.036,66	6634,78%	2.887.916.766,52	5552,50%	12,39%
EMPRESTIMO COMPULSORIO	71.233,38	0,18%	616.855,26	1,19%	765,96%
OUTROS CRÉDITOS	452.759.831,14	1169,07%	813.474.765,69	1564,04%	79,67%
RESPONSÁVEIS DIVERSOS	-	0,00%	28.325,00	0,05%	-
OUTROS DEVEDORES A L. PRAZO	157.941.684,32	407,82%	150.892.583,90	290,12%	-4,46%
VALORES	54.302.126,70	140,21%	34.273.110,21	65,90%	-36,88%
ALMOXARIFADO	38.728.102,43	100,00%	52.011.067,79	100,00%	34,30%
BENS P/ REVENDA	-	0,00%	2.209,20	0,00%	-
TOTAL	4.530.792.567,18	11698,98%	5.368.874.344,83	10322,56%	18,50%

Destaca-se, neste crescimento, a inclusão dos bens intangíveis da METAMAT, os direitos em longo prazo da EMPAER e SANEMAT.

3.7 – Notas Explicativas

A execução contábil de 2006 ocorreu com um razoável nível de normalidade. Contudo, merecem destaque, por sua relevância, as notas abaixo relacionadas, para que se registrem as alterações de procedimentos:



- Neste exercício **não foram efetuadas as correções das cartas de créditos salariais.**
- Em cumprimento a Lei Complementar nº 199/2004 de 17/12/04, foi revertido o saldo dos Fundos mencionados na citada lei, para o Tesouro Estadual.
- Foram extintos, no exercício, o Fundo Estadual de Educação, sendo os seus bens e direitos absorvidos pela Secretaria de Educação; e a Fundação de Promoção Social – PROSOL, que foi incorporada à estrutura da SETEC.
- Entrou em operações o Fundo de Previdência do Estado de Mato Grosso, criado com o objetivo de gerir o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.
- A União quitou todos os compromissos acordados para serem repassados, neste exercício, inerentes ao convênio MS/MT, através do Ministério da Fazenda, cujo objetivo é viabilizar o pagamento de inativos e pensionistas da época da divisão do Estado.
- O registro das receitas advindas da quitação dos compromissos da União em função do Convênio MS/MT ocorreu no Fundo de Previdência do Estado – FUNPREV, por força de dispositivo legal da Lei Complementar que instituiu o Fundo.
- Nos balanços financeiro e patrimonial os valores de restos a pagar encontram-se subdivididos em dois grupos de contas: (1) restos a pagar e (2) consignações a pagar.



Capítulo 3

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE.



Cap. 3 – Aplicação na Educação e na Saúde

No exercício de 2002, a Secretaria do Tesouro Nacional criou, no conjunto de relatórios bimestrais de publicação obrigatória da Lei de Responsabilidade Fiscal, os anexos X e XVI, com o objetivo de facilitar a publicidade dos valores destinados à Educação e à Saúde. Estes relatórios demonstram aplicação sob a ótica da despesa efetivamente realizada – a despesa liquidada. Na execução orçamentária, diz-se, que este é o segundo estágio da despesa, pois, aí o fornecedor já cumpriu com a sua parte no contrato: executou o serviço ou entregou o produto.

O Tribunal de Contas do Estado editou em 10/05/2005 a Decisão Administrativa Nº 016, que, entre outros assuntos, estabelece as regras para seus auditores verificarem o cumprimento dos dispositivos atinentes à aplicação na educação e na saúde, em seu inciso XII do art. 1º, ratificou as regras estabelecidas pela STN, definindo que a comprovação da aplicação nestas duas áreas de gasto, deve ocorrer no estágio da liquidação. Diz o texto do seu diploma legal:

Art. 1º As unidades e os integrantes do Tribunal de Contas do Estado, ao fiscalizarem as contas dos órgãos jurisdicionados, levarão em conta os seguintes entendimentos acerca da interpretação e aplicação da legislação pertinente:

(...)

XII - Para efeito de verificação do cumprimento das obrigações constitucionais, as despesas com ensino e saúde são consideradas após a sua regular liquidação, devendo haver suficiente disponibilidade de caixa para pagamento aquelas inscritas em restos a pagar processados (artigo 212 e inciso III, § 2º, artigo 198 da Constituição Federal/88 e artigo 4º da Portaria nº 2.047/GM/2002);

Contudo, no final de cada exercício, a prestação de contas das ações de educação e saúde, são demonstradas com base na despesa empenhada, visto que se passa a considerar como despesa realizada, os valores de restos a pagar não processado, inscritos com obediência a regra da comprovação da disponibilidade financeira.

O manual editado pela STN, na sua 4ª edição, quando trata deste assunto, registra nas páginas nºs 209 e 274...

Durante o exercício, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. No encerramento do exercício, as despesas empenhadas e ainda não liquidadas deverão ser consideradas como liquidadas, se inscritas em restos a pagar, caso contrário deverão ser canceladas.

No encerramento do exercício, as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (pg. 209); as despesas com ações e serviços públicos de saúde (pg. 274) poderão ser consideradas para fins de apuração dos percentuais de aplicação estabelecidos na Constituição Federal, desde que haja disponibilidade financeira vinculada.



Tendo em vista, que os demonstrativos criados pela STN são utilizados por todos os Estados Brasileiros, deliberamos por adotá-los para comprovar o cumprimento do preceito constitucional que os instituíram, o que evidencia, se o Governo cumpriu ou não, com o percentual definido em Lei para aplicação na Educação e Saúde, conforme demonstram os anexos X e XVI, respectivamente.

1.1 – Aplicação na Educação

Do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências, atendendo ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal que preceitua uma aplicação igual ou superior a 25,00%, o Governo de Mato Grosso cumpriu com suas obrigações constitucionais, ao aplicar 27,6% na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, conforme demonstra o anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ressalta-se, que dos recursos mínimos destinados ao ensino fundamental, 60%, como determina o artigo 60 do ADCT-CF., foi aplicado 62,08 %.

As despesas com pessoal (na remuneração do magistério ensino fundamental) representam a maior parte desses gastos, o equivalente a 81,56%.

Já sob o ponto de vista da despesa liquidada, os valores sofrem pequena alteração, sendo aplicados na educação, no ensino fundamental e na remuneração do magistério: 26,77%, 59,82% e 81,38% respectivamente.

Os anexos seguinte demonstra as aplicações efetuadas, tanto com os valores empenhados, como com os valores liquidados.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO - 6º BIMESTRE/2006					
LEI 9.394/96, Art.72 - Anexo X					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (I)	3.646.919.225,00	3.646.919.225,00	590.461.866,55	3.251.853.308,74	89,17%
Receitas de Impostos	3.941.747.875,00	3.941.747.875,00	588.259.864,93	3.301.319.223,04	83,75%
Receita Resultante de ICMS	3.810.245.324,00	3.810.245.324,00	578.561.151,20	3.138.316.233,14	82,37%
ICMS	3.361.592.725,00	3.361.592.725,00	513.496.366,07	2.785.301.343,10	82,37%
Parcela de Receita Resultante do ICMS Destinada à Formação do FUNDEF (II)	428.652.599,00	428.652.599,00	65.064.785,13	353.014.890,04	82,35%
Receita Resultante de Outros Impostos	131.502.551,00	131.502.551,00	9.698.713,73	163.002.989,90	123,95%
ITCD	5.724.215,00	5.724.215,00	1.533.301,00	7.247.720,83	126,62%
IPVA	125.778.336,00	125.778.336,00	8.165.412,73	155.755.269,07	123,83%
IRRF	-	-	-	-	0,00%
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	726.857.319,00	726.857.319,00	152.385.085,75	819.674.499,19	112,77%
Cota-parte FPE (85%)	541.965.388,00	541.965.388,00	121.080.452,66	650.787.233,66	120,08%
Transferências Financeiras ICMS-Desoneração - L.C. n°87/96 (85%)	54.363.110,00	54.363.110,00	4.021.240,04	24.127.440,22	44,38%
Cota-Parte IPI-Exportação	22.135.918,00	22.135.918,00	4.585.604,79	22.645.104,92	102,30%
Parcela das Transferências Destinadas à Formação do FUNDEF (II)	108.040.402,00	108.040.402,00	22.658.043,04	121.902.506,81	112,83%
Cota-Parte da IOF-Ouro (100%)	352.501,00	352.501,00	39.745,22	212.213,58	60,20%
(j) Transferências Constitucionais	1.021.685.969,00	1.021.685.969,00	150.183.084,13	869.140.413,49	85,07%
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (III)	363.517.513,00	363.517.513,00	65.944.867,45	360.342.770,14	99,13%
Transferências Multigovernamentais do FUNDEF (IV)	363.517.513,00	363.517.513,00	65.944.867,45	350.279.538,97	96,36%
Transferências de Recursos ao FUNDEF (V)	363.517.513,00	363.517.513,00	65.944.867,45	350.279.538,97	96,36%
Complementação da União ao FUNDEF	-	-	-	-	0,00%
Transferências do FNDE	-	-	-	-	0,00%
Transferências do Salário-Educação	-	-	-	10.063.231,17	0,00%
Outras Transferências do FNDE	-	-	-	-	0,00%
Transferência de Convênios Destinadas a Programas de Educação	-	-	-	-	0,00%
Receita de Operações de Crédito destinada à Educação	-	-	-	-	0,00%
Outras Receitas Vinculadas à Educação	-	-	-	-	0,00%
TOTAL DAS RECEITAS (VI) = (I + III - II)	3.473.743.737,00	3.473.743.737,00	568.683.905,83	3.137.278.682,03	90,31%
DESPESAS COM ENSINO POR VINCULAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/c)
VINCULADAS ÀS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (VII)	452.466.633,00	462.796.509,00	71.551.872,69	415.864.789,34	89,86%
Despesas com Ensino Fundamental (VIII)	19.083.576,00	24.589.129,00	9.611.699,56	22.976.655,52	93,44%
Despesas com Ensino Médio	9.543.512,00	10.540.501,00	2.773.838,02	8.543.208,86	81,05%
Outras Despesas com Ensino	423.839.545,00	427.666.879,00	59.166.335,11	384.344.924,96	89,87%
VINCULADAS AO FUNDEF NO ENSINO FUNDAMENTAL (IX)	363.517.513,00	363.517.513,00	65.476.393,16	357.058.956,06	98,23%
Pagamento dos Profissionais do Magistério do Ensino Fundamental (X)	265.999.872,00	267.397.825,00	63.089.086,07	285.700.949,18	99,41%
Outras Despesas com Ensino Fundamental	97.517.641,00	76.119.688,00	6.387.307,09	71.358.016,88	93,80%
VINCULADAS À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	13.427.795,00	24.416.943,00	4.682.743,21	23.698.501,36	97,06%
FINANCIADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	0,00%
FINANCIADAS COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	-	-	-	-	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (XI)	829.411.941,00	850.730.965,00	145.911.009,06	796.662.256,76	93,64%
PERDA/GANHÓ NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEF					
se II > IV = PERDA NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEF (XII)					124.637.857,88
se II < IV = GANHÓ NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEF					-
DEDUÇÕES DA DESPESA			VALOR		
PARCELA DO GANHÓ/COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEF APLICADA NO EXERCÍCIO (XIII)					
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS *					
Despesas com Ensino Fundamental (XIV)					
Outras Despesas com Ensino					
DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO GANHÓ / COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEF DO EXERCÍCIO ANTERIOR (XV)					
TOTAL (XVI)					
RESTOS A PAGAR					
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES VINCULADOS À EDUCAÇÃO	Aplicação Mínima <2005> (e)	Aplicação Apurada em <2005> (f)	Inscritos em 31 de dezembro de <2005>	Cancelados <2006> (g)	
RP DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	785.469.522,05	875.440.671,05	47.461.901,47	319.857,41	
RP DE DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL	-	-	44.517.856,02	-	
COMPENSAÇÃO DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS EM EXERCÍCIO					
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (XVII)					
ENSINO FUNDAMENTAL (XVIII)					
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS P/ FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (XIX) = [(VII + IX + XII) - (XVI)]					
897.601.613,28					
TABELA DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS **					
MÍNIMO DE 25 % DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - [(XIX - XVII) / CAPUT DO ARTIGO 212 DA CF / 88	27,60%				
MÍNIMO DE 60 % DAS DESPESAS COM MDE NO ENSINO FUNDAMENTAL - [(VIII + IX + XII) - (XIII + XIV + XV + XVIII)] / (I x 0,25) CAPUT DO ARTIGO 60 DO ADCT DA CF / 88	62,08%				
MÍNIMO 60 % DO FUNDEF NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ENSINO FUNDAMENTAL - (X / IV) § 5º DO ARTIGO 60 DO ADCT DA CF / 88	81,56%				
SALDO FINANCEIRO DO FUNDEF			31/12/2005		Até o Bimestre
			54.043.327,23		40.027.881,47
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		
			No Bimestre	Até o bimestre (f)	% (f / e)
ENSINO FUNDAMENTAL	96.143.105,00	114.703.123,00	19.171.635,03	108.570.980,37	94,65%
ENSINO MÉDIO	9.968.550,00	10.567.776,00	2.773.838,02	8.570.482,97	81,10%
ENSINO PROFISSIONAL	-	-	-	-	0,00%
ENSINO SUPERIOR	13.918.439,00	11.362.947,00	1.354.333,27	5.197.678,51	45,74%
EDUCAÇÃO INFANTIL	-	-	-	-	0,00%
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	3.882.249,00	2.287.909,00	1.358.372,40	2.007.723,73	87,75%
EDUCAÇÃO ESPECIAL	-	4.320.003,00	72.956,42	4.198.476,93	0,00%
OUTRAS SUBFUNÇÕES	705.499.598,00	707.489.207,00	121.179.873,92	668.116.914,25	94,43%
TOTAL DAS DESPESAS	829.411.941,00	850.730.965,00	145.911.009,06	796.662.256,76	93,64%
Fonte: SIAF					
* Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada a educação deverão ser informadas somente no RREO do último bimestre do exercício.					
** Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício/2006.					



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO - 6º BIMESTRE/2006

LEI 9.394/96, Art.72 - Anexo X

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (I)	3.646.919.225,00	3.646.919.225,00	590.461.866,55	3.251.853.308,74	89,17%
Receitas de Impostos	3.941.747.875,00	3.941.747.875,00	588.259.864,93	3.301.319.223,04	83,75%
Receita Resultante de ICMS	3.810.245.324,00	3.810.245.324,00	578.561.151,20	3.138.316.233,14	82,37%
ICMS	3.381.592.725,00	3.381.592.725,00	513.496.366,07	2.785.301.343,10	82,37%
Parcela de Receita Resultante do ICMS Destinada à Formação do FUNDEF (II)	428.652.599,00	428.652.599,00	65.064.785,13	353.014.890,04	82,35%
Receita Resultante de Outros Impostos	131.502.551,00	131.502.551,00	9.698.713,73	163.002.989,90	123,95%
ITCD	5.724.215,00	5.724.215,00	1.533.301,00	7.247.720,83	126,62%
IPVA	125.778.336,00	125.778.336,00	8.165.412,73	155.755.269,07	123,83%
IRRF	-	-	-	-	0,00%
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	726.857.319,00	726.857.319,00	152.385.085,75	819.674.499,19	112,77%
Cota-parte FPE (85%)	541.965.388,00	541.965.388,00	121.080.452,66	650.787.233,66	120,08%
Transferências Financeiras ICMS-Desoneração - L.C. n°87/96 (85%)	54.363.110,00	54.363.110,00	4.021.240,04	24.127.440,22	44,38%
Cota-Parte IPI-Exportação	22.135.918,00	22.135.918,00	4.585.604,79	22.645.104,92	102,30%
Parcela das Transferências Destinadas à Formação do FUNDEF (II)	108.040.402,00	108.040.402,00	22.658.043,04	121.902.506,81	112,83%
Cota-Parte da IOF-Ouro (100%)	352.501,00	352.501,00	39.745,22	212.213,58	60,20%
(j) Transferências Constitucionais	1.021.685.969,00	1.021.685.969,00	150.183.084,13	869.140.413,49	85,07%
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (III)	363.517.513,00	363.517.513,00	65.944.867,45	360.342.770,14	99,13%
Transferências Multigovernamentais do FUNDEF (IV)	363.517.513,00	363.517.513,00	65.944.867,45	350.279.538,97	96,36%
Transferências de Recursos ao FUNDEF (V)	363.517.513,00	363.517.513,00	65.944.867,45	350.279.538,97	96,36%
Complementação da União ao FUNDEF	-	-	-	-	0,00%
Transferências do FNDE	-	-	-	-	0,00%
Transferências do Salário-Educação	-	-	-	10.063.231,17	0,00%
Outras Transferências do FNDE	-	-	-	-	0,00%
Transferência de Convênios Destinadas a Programas de Educação	-	-	-	-	0,00%
Receita de Operações de Crédito destinada à Educação	-	-	-	-	0,00%
Outras Receitas Vinculadas à Educação	-	-	-	-	0,00%
TOTAL DAS RECEITAS (VI) = (I + III - II)	3.473.743.737,00	3.473.743.737,00	568.683.905,83	3.137.278.682,03	90,31%

DESPESAS COM ENSINO POR VINCULAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/c)
VINCULADAS ÀS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (VII)	452.466.633,00	462.796.609,00	58.755.961,34	400.043.223,20	86,44%
Despesas com Ensino Fundamental (VIII)	19.083.576,00	24.589.129,00	6.573.809,45	15.944.029,02	64,84%
Despesas com Ensino Médio	9.543.512,00	10.540.601,00	3.265.662,25	6.192.652,04	58,75%
Outras Despesas com Ensino	423.839.545,00	427.666.879,00	48.916.489,64	377.906.542,14	88,36%
VINCULADAS AO FUNDEF NO ENSINO FUNDAMENTAL (IX)	363.517.513,00	363.517.513,00	81.274.526,68	345.747.982,27	95,11%
Pagamento dos Profissionais do Magistério do Ensino Fundamental (X)	265.999.872,00	297.397.625,00	63.265.278,21	285.056.752,71	99,19%
Outras Despesas com Ensino Fundamental	97.517.641,00	76.119.688,00	17.589.648,47	60.689.229,56	79,73%
VINCULADAS À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	13.427.795,00	24.416.943,00	9.096.135,57	20.976.956,84	86,91%
FINANCIADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	0,00%
FINANCIADAS COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	-	-	-	-	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (XI)	829.411.941,00	850.730.965,00	149.127.023,59	766.768.162,31	90,13%

PERDA/GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEF

[se II > IV] = PERDA NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEF (XII)	124.637.857,88
[se II < IV] = GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEF	-

DEDUÇÕES DA DESPESA

DEDUÇÕES DA DESPESA	VALOR
PARCELA DO GANHO/COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEF APLICADA NO EXERCÍCIO (XIII)	-
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS *	-
Despesas com Ensino Fundamental (XIV)	-
Outras Despesas com Ensino	-
DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO GANHO / COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEF DO EXERCÍCIO ANTERIOR (XV)	-
TOTAL (XVI)	-

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES VINCULADOS À EDUCAÇÃO	Aplicação Mínima <2005> (e)	Aplicação Apurada em <2005> (f)	RESTOS A PAGAR	
			Inscritos em 31 de dezembro de <2005>	Cancelados <2006> (g)
RP DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	785.469.522,05	875.440.671,05	47.461.901,47	313.557,41
RP DE DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL	-	-	44.517.856,02	-

COMPENSAÇÃO DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS EM <EXERCÍCIO>

COMPENSAÇÃO DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS EM <EXERCÍCIO>	VALOR
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (XVII)	-
ENSINO FUNDAMENTAL (XVIII)	-

TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS P/ FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (XIX) = [(VII + IX + XII) - (XVI)] **870.429.063,35**

TABELA DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS **

MÍNIMO DE 25 % DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - [(IX+XVII)/I]	26,77%
CAPUT DO ARTIGO 212 DA CF / 88	
MÍNIMO DE 60 % DAS DESPESAS COM MDE NO ENSINO FUNDAMENTAL - [(VII + IX + XII) - (XIII + XIV + XV+XVIII)] / (I x 0,25)	59,82%
CAPUT DO ARTIGO 60 DO ADCT DA CF / 88	
MÍNIMO 60 % DO FUNDEF NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ENSINO FUNDAMENTAL - (X / IV)	81,38%
§5º DO ARTIGO 60 DO ADCT DA CF / 88	

SALDO FINANCEIRO DO FUNDEF	31/12/2005	
	Até o Bimestre	
	54.043.327,23	40.027.881,47

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o bimestre (f)	% (f / e)
ENSINO FUNDAMENTAL	96.143.105,00	114.703.123,00	31.137.461,40	90.297.570,89	78,72%
ENSINO MÉDIO	9.988.550,00	10.567.776,00	3.265.662,25	6.219.529,55	58,85%
ENSINO PROFISSIONAL	-	-	-	-	0,00%
ENSINO SUPERIOR	13.918.439,00	11.362.947,00	673.390,71	5.150.059,76	45,32%
EDUCAÇÃO INFANTIL	-	-	-	-	0,00%
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	3.882.249,00	2.287.909,00	783.677,40	1.070.385,16	46,78%
EDUCAÇÃO ESPECIAL	-	4.320.003,00	935.732,06	4.159.110,93	0,00%
OUTRAS SUBFUNÇÕES	705.499.598,00	707.489.207,00	112.331.099,77	659.871.506,02	93,27%
TOTAL DAS DESPESAS	829.411.941,00	850.730.965,00	149.127.023,59	766.768.162,31	90,13%

Fonte: SIAF

* Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada a educação deverão ser informadas somente no RREO do último bimestre do exercício.

** Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício/2006.



1.2 – Aplicação na Saúde

Considerando a promulgação da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, que assegura recursos mínimos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências, atendendo ao disposto estabelecido pelos incisos do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Provisórias - ADCT da Constituição da República, que preceitua uma aplicação igual ou superior a 12,00%, o Governo de Mato Grosso cumpriu com suas obrigações constitucionais, ao aplicar 12,28%, sob o enfoque das despesas empenhadas e 12,27 das despesas liquidadas conforme demonstram os anexos XVI da Lei de Responsabilidade Fiscal, abaixo:

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006 - 6º BIMESTRE/2006					
ADCT, art.77-Anexo XVI					
R\$ 1.00					
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o bím. (b)	% (b/a)	
RECEITAS LÍQUIDAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	3.582.610.124,00	3.582.610.124,00	3.223.255.871,44	89,97%	
Impostos	3.941.747.875,00	3.941.747.875,00	3.301.319.223,04	83,75%	
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	-	-	-	-	
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	662.548.218,00	662.548.218,00	791.077.061,89	119,40%	
(J) Transferências Constitucionais e Legais	1.021.685.969,00	1.021.685.969,00	869.140.413,49	85,07%	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS (II)	9.906.856,00	9.906.856,00	2.905.817,32	29,33%	
Da União para o Estado	9.906.856,00	9.906.856,00	2.905.817,32	29,33%	
Dos Municípios para o Estado	-	-	-	0,00%	
Demais Estados para o Estado	-	-	-	0,00%	
Outras Receitas do SUS	-	-	-	0,00%	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)	-	-	-	0,00%	
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	0,00%	
(I) DEDUÇÃO PARA O FUNDEF	527.099.511,00	527.099.511,00	474.917.396,85	90,10%	
TOTAL	3.065.417.469,00	3.065.417.469,00	2.751.244.291,91	89,75%	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza das Despesas)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		
			até o bím. (d)	% (d/c)	
DESPESAS CORRENTES	389.752.489,00	411.545.243,00	384.524.662,70	93,43%	
Pessoal e Encargos Sociais	199.439.988,00	208.179.599,00	207.856.352,88	99,84%	
Juros e Encargos da Dívida	1.727.250,00	1.388.295,00	1.388.243,86	100,00%	
Outras Despesas Correntes	188.585.251,00	201.977.349,00	175.280.065,96	86,78%	
DESPESAS DE CAPITAL	50.109.882,00	30.423.552,00	14.330.436,66	47,10%	
Investimentos	48.879.809,00	30.423.550,00	14.330.436,34	47,10%	
Inversões Financeiras	1.180.073,00	1,00	-	0,00%	
Amortização da Dívida	50.000,00	1,00	0,32	32,00%	
TOTAL (IV)	439.862.371,00	441.968.795,00	398.855.099,36	90,25%	
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		
			até o bím. (e)	% (e)/desp. saúde	
DESPESAS COM SAÚDE	439.862.371,00	441.968.795,00	398.855.099,36	100,00%	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	13.593.207,00	13.593.207,00	7.706.680,19	1,93%	
(J) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE:	9.906.856,00	9.906.856,00	2.905.817,32	0,73%	
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	9.906.856,00	9.906.856,00	2.905.817,32	0,73%	
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	0,00%	
Outros Recursos	-	-	-	0,00%	
(c) RP INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS	-	-	-	0,00%	
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	429.955.515,00	432.061.939,00	395.949.282,04	99,27%	
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS À SAÚDE	Aplicação Mínima em <2005> (f)	Aplicação Apurada em <2005> (g)	RESTOS A PAGAR		
			Inscritos em 31 de dezembro de <2005>	Cancelados em <2005> (h)	
RP DE DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	371.067.205,57	387.229.346,59	26.999.332,66	4.420.890,13	
COMPENSAÇÃO DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS EM <Exercício> (VI)					
PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL 12% [(V-VI)/I] *					
				12,28%	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		
			até o bím. (i)	% (i / total i)	
Atenção Básica	43.441.916,00	37.354.074,00	30.160.870,48	7,62%	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	102.854.272,00	112.253.401,00	88.182.592,42	22,27%	
Suporte Profilático e Terapêutico	34.964.056,00	32.092.487,00	27.753.810,81	7,01%	
Vigilância Sanitária	206.578,00	108.138,00	51.978,89	0,01%	
Vigilância Epidemiológica	847.705,00	485.497,00	189.738,09	0,05%	
Alimentação e Nutrição	-	-	-	0,00%	
Outras Subfunções	257.545.844,00	259.675.199,00	252.516.109,67	63,77%	
TOTAL	439.862.371,00	441.968.795,00	398.855.099,36	100,73%	
(c) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	13.593.207,00	13.593.207,00	7.706.680,19	1,95%	
(j) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	9.906.856,00	9.906.856,00	2.905.817,32	0,73%	
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde-SUS	9.906.856,00	9.906.856,00	2.905.817,32	0,73%	
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	0,00%	
Outros Recursos	-	-	-	0,00%	
(c) RP INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS **	-	-	-	0,00%	
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	429.955.515,00	432.061.939,00	395.949.282,04	100,00%	



GOVERNO DE ESTADO DE MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006 - 6º BIMESTRE/2006

ADCT, art.77-Anexo XVI

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bím (b)	% (b/a)
RECEITAS LÍQUIDAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	3.582.610.124,00	3.582.610.124,00	3.223.255.871,44	89,97%
Impostos	3.941.747.875,00	3.941.747.875,00	3.301.319.223,04	83,75%
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	-	-	-	-
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	662.548.218,00	662.548.218,00	791.077.061,89	119,40%
(f) Transferências Constitucionais e legais	1.021.685.969,00	1.021.685.969,00	869.140.413,49	85,07%
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS (II)	9.906.856,00	9.906.856,00	2.905.817,32	29,33%
Da União para o Estado	9.906.856,00	9.906.856,00	2.905.817,32	29,33%
Dos Municípios para o Estado	-	-	-	0,00%
Demais Estados para o Estado	-	-	-	0,00%
Outras Receitas do SUS	-	-	-	0,00%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)	-	-	-	0,00%
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	0,00%
(g) DEDUÇÃO PARA O FUNDEF	527.099.511,00	527.099.511,00	474.917.396,85	90,10%
TOTAL	3.065.417.469,00	3.065.417.469,00	2.751.244.291,91	89,75%

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			até o bím. (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	389.752.489,00	411.545.243,00	384.503.382,70	93,43%
Pessoal e Encargos Sociais	199.439.968,00	206.179.699,00	207.656.352,68	99,84%
Juros e Encargos da Dívida	1.727.250,00	1.388.295,00	1.388.243,86	100,00%
Outras Despesas Correntes	188.585.251,00	201.977.349,00	175.258.785,96	86,77%
DESPESAS DE CAPITAL	50.109.882,00	30.423.552,00	13.910.194,96	45,72%
Investimentos	48.679.809,00	30.423.550,00	13.910.194,64	45,72%
Inversões Financeiras	1.180.073,00	1,00	-	0,00%
Amortização da Dívida	90.000,00	1,00	0,32	32,00%
TOTAL (IV)	439.862.371,00	441.968.795,00	398.413.577,66	90,15%

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			até o bím. (e)	% (e)/desp. saúde
DESPESAS COM SAÚDE	439.862.371,00	441.968.795,00	398.413.577,66	100,00%
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	13.593.207,00	13.593.207,00	7.706.680,19	1,93%
(j) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE:	9.906.856,00	9.906.856,00	2.905.817,32	0,73%
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	9.906.856,00	9.906.856,00	2.905.817,32	0,73%
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	0,00%
Outros Recursos	-	-	-	0,00%
(k) RP INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS	-	-	-	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	429.955.515,00	432.061.939,00	395.507.760,34	99,27%

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS À SAÚDE	Aplicação Mínima em <2005> (f)	Aplicação Apurada em <2005> (g)	RESTOS A PAGAR	
			Inscritos em 31 de dezembro de <2005>	Cancelados em <2005> (h)
RP DE DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	371.067.205,57	387.229.346,59	26.999.332,66	4.420.890,13
COMPENSAÇÃO DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS EM <Exercício> (VI)	-	-	-	-

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL 12% [(V-VI)/I)] * **12,27%**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			até o bím (i)	% (i / total i)
Atenção Básica	43.441.916,00	37.354.074,00	30.156.458,48	7,62%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	102.654.272,00	112.253.401,00	67.764.292,72	22,19%
Suporte Profilático e Terapêutico	34.964.056,00	32.092.487,00	28.274.910,81	7,15%
Vigilância Sanitária	208.578,00	108.138,00	51.978,89	0,01%
Vigilância Epidemiológica	647.705,00	485.497,00	189.739,09	0,05%
Alimentação e Nutrição	-	-	-	0,00%
Outras Subfunções	257.545.844,00	259.675.196,00	251.976.198,67	63,71%
TOTAL	439.862.371,00	441.968.795,00	398.413.577,66	100,73%
(l) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	13.593.207,00	13.593.207,00	7.706.680,19	1,95%
(m) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	9.906.856,00	9.906.856,00	2.905.817,32	0,73%
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde-SUS	9.906.856,00	9.906.856,00	2.905.817,32	0,73%
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	0,00%
Outros Recursos	-	-	-	0,00%
(n) RP INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS **	-	-	-	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	429.955.515,00	432.061.939,00	395.507.760,34	100,00%



Capítulo 4

APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NO EXERCÍCIO.



Cap. 4 Apresentação de informações sobre a realização de incentivos fiscais no exercício.

A exemplo do que ocorreu no exercício de 2005, foi mantido o tratamento contábil da Renúncia Tributária Estadual, demonstrando o interesse do Governo na transparência das contas públicas estaduais.

Procura-se também atender aos arts. 83 e 85 da Lei 4.320/1964 e ao art. 14 da Lei Complementar 101/2000 – LRF, e em particular, à Instrução Normativa 002/2004 do TCE/MT que trata dos atos de concessão e prestação de contas dos incentivos e benefícios fiscais.

Dadas as dificuldades inerentes ao estabelecimento de um controle de natureza tão complexa, como este, a SEFAZ e o TCE acordaram entre si, o estabelecimento de um prazo maior para a estruturação de controle de todos os programas, tal qual se faz necessário por força de normas federais e estaduais. Por isso, ainda não foi possível contemplar, em termos contábeis, todos os programas referentes à Renúncia tributária. Continuamos evidenciando, com mais ênfase os programas cujos valores representam direitos e obrigações do Estado perante terceiros.

Na Contabilidade, foram demonstrados os valores do ICMS Incentivado através do Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado – PRODEI (Lei 5.323/1988 e alterações posteriores). Trata-se de Créditos Tributários Postergados, com as empresas beneficiárias do programa tendo prazo especial de pagamento de ICMS em até 15 anos conforme condições contratuais.

No quadro abaixo demonstramos, por segmento, os valores referentes à previsão e a realização das concessões do ICMS Incentivado/PRODEI no Exercício de 2006:

INCENTIVOS FISCAIS			
SEGMENTO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	DIFERENÇA
Algodão	12.186.007,86		12.186.007,86
Atacado	49.179.153,53	45.767.210,29	3.411.943,24
Bebidas		843.680,34	(843.680,34)
Pecuária	6.701.656,83	3.160.871,84	3.540.784,99
Soja	8.338.544,60	470.209,60	7.868.335,00
Varejo	6.475.030,75	3.561.235,60	2.913.795,15
Combustível	1.295.006,15		1.295.006,15
Não específicos	9.065.043,05		9.065.043,05
TOTAIS	93.240.442,77	53.803.207,67	39.437.235,10

Fonte: Gerência do PRODEI/Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia.

Como prova do real estabelecimento de controle sobre a concessão de benefícios, observa-se que, neste exercício já não houve extrapolação generalizada de realização, a maior, de incentivos fiscais.



O quadro apresenta, por segmento, os saldos devedores das empresas beneficiárias do ICMS Incentivado/PRODEI em 31/12/2006.

Saldos Devedores das Empresas Beneficiárias do ICMS Incentivado/PRODEI em 31/12/2006					
SEGMENTO	Nº DE EMPRESAS	SALDO EM 31/12/2006	FASE(S)	PRAZO (em meses)	DATA PREVISTA PARA 1ª AMORTIZAÇÃO
Algodão	4	63.835,39	Carência	180	Dez/2016; Jul/2017 e Nov/2018
Arroz	2	2.840.453,01	Carência	120 e 180	Dez/2011 e Ago/2016
Atacado	8	13.849.433,23	Carência	120 e 180	Ago/ 2008; Mai/2013; Jan e Dez/2017; Mar/2018 e Fev/2019
Bebidas	6	278.612.279,91	Carência (5) e Amortização (1)	60 e 180	Fev/2002; Fev/2013; Set/2016; Mar e Nov/2017; Jan e Dez/2018;
Pecuária	7	15.314.919,07	Carência (4), Falência (1) e Amortização (2)	51, 60 e 180	Nov/2001; Jun/2003; Jul/2006; Dez/2016; Jan e Ago/2017 e Ago/2018
Soja	4	13.819.049,94	Carência (3) e Amortização (1)	60 e 180	Ago/2002; Fev e Nov/2017 e Jan/2018
Supermercados	1	687.861,63	Carência	180	jan/18
Varejo	7	15.465.209,04	Carência	120 e 180	Out/2013; Jun e Set/2017
Não específicos	3	1.435.650,33	Carência	120 e 180	Abr/2007; Ago/2008; e Mai/2014
TOTAIS	42	342.088.691,55			

Abaixo fica demonstrado o direito do estado decorrente dos saldos devedores postergado em 31/12/2006:

COMPOSIÇÃO DO SALDO POSTERGADO					
Segmentos	Em 31/12/05	Concessão de Parcelas	Atualização Monetária	Amortizações Efetuadas(-)	Em 31/12/06
Algodão	63.835,39	-	-	-	63.835,39
Arroz	2.840.453,01	-	-	-	2.840.453,01
Atacado	13.082.446,53	843.680,31	-	76.693,61	13.849.433,23
Bebidas	233.989.639,86	45.767.210,29	-	1.144.570,24	278.612.279,91
Pecuária	13.381.093,83	3.160.871,87	-	1.227.046,63	15.314.919,07
Soja	24.442.191,15	470.209,60	-	11.093.350,81	13.819.049,94
Super-mercados	687.861,63	-	-	-	687.861,63
Varejo	11.903.973,44	3.561.235,60	-	-	15.465.209,04
Outros Não Específicos	1.435.650,33	-	-	-	1.435.650,33
TOTAIS	301.827.145,17	53.803.207,67	0,00	13.541.661,29	342.088.691,55

Estes são os resultados apurados e as considerações que tínhamos a fazer.

LUIZ MARCOS DE LIMA
 Contador CRC Nº MT 007836/0-1
 Coordenador Geral de Gestão da Contabilidade do Estado